

**RESUMOS DOS
TRABALHOS DE
CONCLUSÃO DE
CURSO
2017.2**

ISBN: 978-19-8543-857-6

Faculdade Metropolitana São Carlos

ORGANIZAÇÃO DA COLETÂNEA

Profa. Dra. Fernanda Castro Manhães

Prof. Dr. Marcos Oliveira Athayde

Profa. Ma. Neuza Maria de Siqueira Nunes

Prof. Me. Tauã Lima Verdan Rangel

EDITORAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DA COLETÂNEA

Profa. Dra. Bianca Magnelli Mangiavacchi

Profa. Ma. Neuza Maria de Siqueira Nunes

Prof. Me. Tauã Lima Verdan Rangel

ISBN: 978-19-8543-857-6

FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS

Avenida Governador Roberto Silveira, nº 910

Bom Jesus do Itabapoana-RJ

CEP: 28.360-000

Site: www.famescbji.edu.br

Telefone: (22) 3831-5001

Projeto Gráfico da Capa: Tauã Lima Verdan Rangel

O conteúdo de cada trabalho é de responsabilidade exclusiva dos autores.

A reprodução dos textos é autorizada mediante citação da fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca Marlene Henriques Alves – Famesc

F143r Faculdade Metropolitana São Carlos.

Resumos dos trabalhos de conclusão de curso : 2. semestre de 2017 /
Faculdade Metropolitana São Carlos. – Bom Jesus do Itabapoana, RJ :
[s.n.], 2017.

92 p.

Inclui bibliografia.

Modo de acesso: World Wide Web:

<http://www.famesc.edu.br/biblioteca/>.

ISBN 978-19-8543-857-6

1. FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS –
TRABALHOS ACADÊMICOS - RESUMOS 2. PESQUISA – BOM
JESUS DO ITABAPOANA (RJ) – RESUMOS 1. Faculdade
Metropolitana São Carlos II. Título

CDD 378.8153

CURRICULUM DOS ORIENTADORES E COORIENTADORES

Bianca Magnelli Mangiavacchi

Doutora em Biociência e Biotecnologia pela Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Mestra em Biociência e Biotecnologia pela Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Especialista Lato Sensu em Gestão em Saúde Pública pela Universidade Federal Fluminense.

Carla Maria de Almeida Moraes Bastos

Mestra em Economia Empresarial pela Universidade Cândido Mendes. Especialista Lato Sensu em Educação Fiscal e Gestão Social pela Universidade Cândido Mendes.

Clara dos Reis Nunes

Doutora em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Mestra em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Especialista Lato Sensu em Gestão em Análises Clínicas e Gestão de Laboratório pela Faculdade de Medicina de Campos.

Cláudia Caixeta Franco Andrade

Doutora em Genética pela Universidade de São Paulo. Mestra em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Felipe Nogueira Alves da Silva

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Vila Velha. MBA em Direito da Economia e da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas.

Lívia Mattos Martins

Doutora em Biociência e Biotecnologia pela Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Mestra em Biociência e Biotecnologia pela Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Oswaldo Moreira Ferreira

Mestrando vinculado ao Programa de Cognição e Linguagem da Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Especialista Lato Sensu em Direito Civil pela Universidade Gama Filho.

Sandra Tavares da Silva

Mestra em Ciência da Nutrição pela Universidade Federal de Viçosa. Especialista Lato Sensu em Gestão Pública em Saúde pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória.

Tauã Lima Verdán Rangel

Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista Lato Sensu em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES.

Valdeci Ataíde Cápua

Mestre em Direito pelo Centro Universitário Fluminense. Especialista Lato Sensu em Direito Previdenciário pela Universidade Anhanguera. Especialista em Direito de Família pela Faculdade São Geraldo. Especialista Lato Sensu em Direito Privado pela Faculdade São Geraldo. Especialista Lato Sensu em Direito Civil e Processual Civil pelo Centro Universitário Fluminense.

Vânia Márcia Silva do Carmo Brito

Especialista Lato Sensu em Saúde Pública pela Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC). Especialista Lato Sensu em Administração de Recursos Humanos pela Fundação Getúlio Vargas.

P R E F Á C I O

Prezado Leitor!

É com grande satisfação que prefaciamos o Caderno de Resumos dos Trabalhos de Curso oriundos dos Cursos de Administração, Ciências Biológicas (Licenciatura), Direito e Enfermagem, apresentados durante o segundo semestre de 2017, na Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC), unidade de Bom Jesus do Itabapoana-RJ.

A FAMESC, em sua missão institucional, se apresenta como um agente de transformação e desenvolvimento regional, o quê só é possível por meio do alinhamento entre os eixos estruturantes do ensino universitário, a saber: Ensino, Pesquisa e Extensão.

Além disso, ciente da necessidade de construção de um perfil profissional diferenciado e capaz de atender as demandas da região, a FAMESC idealizou o evento com o objetivo de inovar na concepção do perfil dos seus egressos: conscientes de seu papel e de suas responsabilidades na contribuição para o crescimento da região e para o fortalecimento de suas raízes históricas.

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2017.2)

Logo, os trabalhos de curso cujos resumos compõem essa iniciativa refletem a dedicação dos discentes e o comprometimento dos professores-orientadores em conduzir processos de construção acadêmico-científicos que atendam tal missão.

O ambiente acadêmico deve ser um espaço democrático de contribuições recíprocas, reflexões crítico-científicas e heterogêneo, a fim de compreender dinâmicas e temáticas dotadas de relevância no contexto atual, o que os trabalhos de conclusão de curso espelham em seu processo de concepção e construção.

Convidamos todos à leitura!

Profa. Dra. Fernanda Castro Manhães
Diretora Acadêmica da Faculdade Metropolitana São Carlos

SUMÁRIO

Apresentação – Prof. Me. Tauã Lima Verdan Rangel	15
CURSO: ADMINISTRAÇÃO	17
Gestão de Recursos Humanos em Pequenas Empresas – Graziela de Souza Gomes; Priscila Laurindo dos Santos; Tauã Lima Verdan Rangel.....	18
A Excelência no Atendimento: como tornar o serviço ao cliente uma vantagem competitiva – Maria de Fátima Abreu Farofé; Bruniele de Oliveira Silva; Carla Maria de Almeida Moraes Bastos.....	19
O comércio eletrônico como ferramenta de vendas no mercado atual – Marta Elena Figueiredo Silva; Rafaela de Oliveira Panis; Vânia Márcia Silva do Carmo Brito.....	20
CURSO: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LICENCIATURA)	21
Descarte inadequado de medicamentos vencidos ou não utilizados – André Oliveira Bastos; Bianca Magnelli Mangiavacchi.....	22
CURSO: DIREITO	23
Abandono Afetivo e a monetarização das relações familiares à luz do entendimento do Superior Tribunal de Justiça – Adriana Silva Ferreira de Rezende; Tauã Lima Verdan Rangel.....	24
De sujeito de direitos a objeto de libido: a infância destruída: silêncio e invisibilidade do estupro de vulnerável intrafamiliar – Alessandro Sartori Cottini; Tauã Lima Verdan Rangel	25
O reconhecimento da paternidade <i>post mortem</i> em fertilização <i>in vitro</i> e a legitimidade para suceder – Amilton Lengruher Ferreira; Tauã Lima Verdan Rangel	27

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2017.2)

Garantia Imobiliária Locatícia – Andréia Vieira Silva; Valdeci Ataíde Cápua	28
Responsabilidade penal da pessoa jurídica de direito privado no Crime de Poluição (art. 54 da Lei de Crimes Ambientais) à luz dos precedentes jurisprudenciais do Superior Tribunal de Justiça, no período de 2010 a 2016 – Anyisia Carla Lamão Pessanha; Tauã Lima Verdan Rangel	29
Responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais: da dupla imputação penal – Beatriz Ribeiro Soares; Tauã Lima Verdan Rangel	31
A usucapião por abandono de lar nas relações homoafetivas – Caroline Saturnino Chierici; Tauã Lima Verdan Rangel	32
Direito social à alimentação: o alargamento dos direitos fundamentais em decorrência das necessidades humanas e a justiciabilidade à luz do entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça – Damaris Domingos Dutra; Tauã Lima Verdan Rangel.....	34
Inconstitucionalidade na aplicação da pena em Segunda Instância, em o trânsito em julgado, frente ao princípio da presunção de inocência: uma análise do HC nº 126.292 do STF – Elaine de Souza Cassiano Bassoli Larcher; Tauã Lima Verdan Rangel.....	36
Violência doméstica em exame: uma análise material e processual da Lei nº 11.340/2006 – Érica Corrêa da Silva Lopes; Tauã Lima Verdan Rangel.....	37
A responsabilidade tributária no regime de substituição do ICMS - Fábio Tavares de Resende; Valdeci Ataíde Cápua	38
A (In) Constitucionalidade da Redução da Maioridade Penal à luz dos Princípios da Constituição Federal de 1988 – Geney Quintino Soares; Valdeci Ataíde Cápua	40
Assédio Moral no ambiente de trabalho – Jefferson da Costa Marinoni; Felipe Nogueira Alves da Silva.....	41

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2017.2)

Guarda compartilhada por imposição legal e suas implicações para a criança e o adolescente em caso de dissolução conjugal conflituosa: a prole como mecanismo de vingança privada entre os ex-cônjuges/ex-companheiros; Jéssica de Fátima Machado de Oliveira Bomfim; Oswaldo Moreira Ferreira; Tauã Lima Verdan Rangel.....	42
A cobrança dos Tributos Municipais com ênfase no Imposto Predial e Territorial Urbano e a Legislação Tributária Municipal do Município de Bom Jesus do Itabapoana – João Victor Ferreira Viana; Felipe Nogueira Alves da Silva.....	43
A (in)aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) nas relações homoafetivas masculinas – Júlio César Barbosa de Oliveira; Tauã Lima Verdan Rangel.....	45
O direito educacional e seu nascimento em relação aos Direitos Humanos e a importância das medidas socioeducativas estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em uma abordagem jurídica e social – Karla Aparecida Vigna Monteiro; Tauã Lima Verdan Rangel.....	46
Publicidade abusiva para os hipervulneráveis à luz do Direito do Consumidor: uma análise contextualizada da Resolução 163 do CONANDA – Lauanne Pereira Monteiro Almeida; Tauã Lima Verdan Rangel.....	48
Direito dos animais? Aspectos jurídicos e bioéticos em prol do alargamento da concepção de dignidade – Laura Gioffi Coelho Moraes; Tauã Lima Verdan Rangel.....	49
Uma análise do ato infracional equiparado ao crime de tráfico de entorpecentes (art. 33 da Lei Nº 11.343/2006) no município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ, entre 2012-2016 – Leandro Nassif Souza; Valdeci Ataíde Cápua	51
A efetividade da medida protetiva na Lei Maria da Penha, em Bom Jesus do Itabapoana-RJ, no período de 2014-2016 – Lorena Bomfim da Costa; Tauã Lima Verdan Rangel.....	52

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2017.2)

Aborto como direito fundamental? O reconhecimento dos direitos e a autonomia reprodutiva da mulher à luz do HC 124.306-RJ e o recente posicionamento do STF – Luamary Silveira de Carvalho Spalla Gonçalves; Tauã Lima Verdan Rangel.....	53
Violência do idoso, no âmbito familiar, no município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ – Luzia Elizabeth Ribeiro; Oswaldo Moreira Ferreira; Tauã Lima Verdan Rangel.....	54
Sistema Tributário Brasileiro frente aos princípios da isonomia e da capacidade contributiva: visando uma tributação justa – Marcela Azevedo Braz; Felipe Nogueira Alves da Silva	55
Aposentadoria rural no Brasil: uma análise em face das disposições e inovações legais – Marília de Oliveira Degli Esposti Zanon; Oswaldo Moreira Ferreira; Tauã Lima Verdan Rangel	56
Política Nacional de Mobilidade Urbana como instrumento de concretização do direito social ao transporte: desafios de implementação no Município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ – Maxmiliano Cerqueira da Silva; Tauã Lima Verdan Rangel.....	57
Mediação e Direito Fraternal: do reconhecimento da cultura do diálogo e do empoderamento dos envolvidos como paradigma para a afirmação da dignidade da pessoa humana – Natália Dutra Mendes; Tauã Lima Verdan Rangel.....	58
O princípio da insignificância aplicado de forma objetiva com foco a evitar a vingança privada no crime de furto – Northon Dutra Tardin; Oswaldo Moreira Ferreira; Tauã Lima Verdan Rangel.....	60
Entre o ideal e a prática: uma análise do princípio da celeridade e sua (in)eficiência no Juizado Especial Cível de Bom Jesus do Itabapoana-RJ – Otávio Pimentel Gomes; Tauã Lima Verdan Rangel.....	61

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2017.2)

Sob a espada de Dâmocles: uma análise do livre consentimento contido no art. 4º da Lei nº 9.434/97 x o art. 14 do Código Civil – Pâmella do Carmo Silva; Tauã Lima Verdan Rangel.....	62
,Da afetivação familiar`: da desbiologização dos vínculos filiais e do reconhecimento pelo afeto das formações familiares por pares homoafetivos à luz do melhor interesse do menor – Rafael Guimarães de Oliveira; Tauã Lima Verdan Rangel.....	64
O valor da monogamia <i>versus</i> o princípio da busca pela felicidade: controvérsias jurídicas para o reconhecimento das uniões estáveis plúrimas – Rauleane Kelly Raposo; Tauã Lima Verdan Rangel.....	65
O idoso como hipervulnerável nas relações de consumo: uma análise da rede de proteção – Renato Pereira do Nascimento; Tauã Lima Verdan Rangel.....	67
O acesso à água potável como direito humano fundamental e as consequências da crise hídrica – Rodolfo Teixeira Oliveira; Tauã Lima Verdan Rangel	68
Estupro de vulnerável: Análise do crime e verificação da vulnerabilidade da vítima menor de 14 anos – Ruth Almeida de Assis Romão; Valdeci Ataíde Cápu.....	69
Limitação Administrativa como modalidade de intervenção do Estado no direito de propriedade privada urbana no Município de Bom Jesus do Itabapoana – Ruth Roeles de Campos; Tauã Lima Verdan Rangel.....	71
Reflexões sobre o aborto como política pública – Samila Ferreira Teixeira; Tauã Lima Verdan Rangel.....	73
Mutações Hermenêuticas no STF: uma análise do HC 126.292-SP à luz da presunção de inocência – Samira Moreira Santos; Tauã Lima Verdan Rangel	74

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2017.2)

O direito à moradia como garantia constitucional e dignidade da pessoa humana – Sérgio Alves Pralon; Oswaldo Moreira Ferreira; Tauã Lima Verdan Rangel.....	75
As funções sociais da cidade em pauta: uma análise do Plano Diretor do Município de Bom Jesus do Itabapoana – Susane Costa Soares Guimarães; Tauã Lima Verdan Rangel.....	76
A solidariedade familiar e a possibilidade de prestar alimentos à concubina à luz do STJ – Thatiana Almeida da Silva; Oswaldo Moreira Ferreira	77
Do reconhecimento do Estado Socioambiental de Direito à luz do paradigma jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – Vitor Pimentel Oliveira; Tauã Lima Verdan Rangel.....	78
<i>Amicus Curiae</i> e o Novo CPC – Yuri do Carmo Araujo; Tauã Lima Verdan Rangel.....	79
Trabalho Terceirizado no Brasil: As consequências da execução das atividades-meio nas relações de trabalho – Winston de Souza Silva; Felipe Nogueira Alves da Silva	80
CURSO: ENFERMAGEM.....	81
Assistência de Enfermagem ao Paciente com Doença de Alzheimer – Darlene Machado Tardin; Roselaine de Oliveira Miguel; Sandra Tavares da Silva; Clara dos Reis Nunes.....	82
Sobrevivendo à homossexualidade: o <i>bullying</i> homofóbico – Dhonyson Theodoro; Ana Lúcia Honorato; Tauã Lima Verdan Rangel.....	83
Fraturas osteoporóticas de fêmur em idosos: uma revisão da literatura sobre o papel da enfermagem – Helen Stéfani Guimarães Cardoso; Roselane Damasceno Silveira; Bianca Magnelli Mangiavacchi	84

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2017.2)

- Cuidados ao Paciente Idoso Portador de Alzheimer – Josiane Lafaete Alvarenga; Aline Almeida da Silva; Cláudia Caixeta Franco Andrade; Clara dos Reis Nunes 86
- Uso indiscriminado de benzodiazepínicos: uma revisão bibliográfica para o profissional da área da saúde da atenção primária – Lorena Santana Furtado e Vábia da Costa Almeida; Bianca Magnelli Mangiavacchi 88
- Conhecimento dos discentes de Enfermagem da Faculdade Metropolitana São Carlos – FAMESC sobre a hanseníase – Viviana Romualdo Leite; Aparecida de Fátima Teixeira Oliveira; Lívia Mattos Martins; Bianca Mangelli Mangiavacchi..... 90

APRESENTAÇÃO

A Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC), ciente da necessidade de formar profissionais que atendam as demandas da região, idealizou e programou cursos com o objetivo de inovar na concepção do perfil dos seus egressos: conscientes de seu papel e de suas responsabilidades na contribuição para o crescimento da região e para o fortalecimento de suas raízes históricas. No que concerne à missão institucional, tem-se: ‚A FAMESC tem como missão formar profissionais de nível superior, garantindo qualidade, solidez, segurança e modernidade, visando ao desenvolvimento socioeconômico e cultural da região na qual está inserida‘.

São ofertadas aos discentes para a conquista de habilidades que caracterizam o seu perfil profissional, no qual se fundem a competência técnica e conceitual, a capacidade de administrar percepções, disponibilidade para ouvir e a habilidade para negociar; com mente aberta para entender as mudanças e flexibilidade suficiente para se adaptar a elas; do trabalho em equipe, criativo, cooperativo e colaborativo; do domínio de línguas e da tecnologia e, principalmente, a capacidade de pensar estrategicamente e propor soluções inovadoras e decisões profissionais embasadas na ética, no bem-comum e na preocupação com as mudanças da sociedade em busca de desenvolvimento sustentável.

Os perfis dos Cursos se inspiram e se voltam para o contexto sócio regional das Regiões Norte e Noroeste Fluminense em que se insere, bem como regiões circunvizinhas de grande expressão e busca, através da atuação de seus egressos, a formulação de novos conhecimentos e na sua ação extensionistas, consolidar e aperfeiçoar o processo de crescimento da cidadania e das Instituições que compõem tais regiões.

A partir de tais variáveis para a formação diferenciada de profissionais alinhados com um cenário contemporâneo que reclama novas perspectivas formacionais, a 'Coletânea dos Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso', como iniciativa da Coordenação Institucional de Pesquisa e de Trabalho de Curso, se apresenta como uma proposta diferenciada de publicização dos trabalhos de curso produzidos pelos discentes e conduzidos pelos professores-orientadores.

Desejamos uma boa leitura a todos!

Prof. Me. Tauã Lima Verdan Rangel

Coordenador Institucional de Pesquisa e de Trabalho de Curso

CURSO:
ADMINISTRAÇÃO

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS EM PEQUENAS EMPRESAS

Autores: Graziela de Souza Gomes e Priscila Laurindo dos Santos

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

Para que aconteça o crescimento de forma estruturada e sustentável de uma empresa, tem a gestão de Recursos Humanos essencialidade, uma vez que, é a partir do plano de negócios da empresa, ou seja, que o *business plan* esteja definido pela diretoria, pode o departamento de gestão de pessoas, orientar seus colaboradores na busca dos resultados almejados. Tendo em vista essa percepção, o estudo teve como finalidade principal apresentar o papel e competências demandadas ao setor de Recursos Humanos- RH na gestão de pequenas empresas. Especificamente pretendeu o artigo fazer uma breve abordagem da evolução da área de Recursos Humanos ao longo dos séculos XX e XXI, como um novo paradigma da área de Recursos Humanos. Pretendeu ainda, abordar as atividades realizadas ao longo do estágio: Atualização da descrição de funções, recrutamento e seleção, processo de acolhimento e integração, sistema de avaliação de desempenho individual, sessões de formação e, por fim, a comunicação interna.

Palavras-chave: Pequenas Empresas; Recursos Humanos; Gestão.

A EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO: COMO TORNAR O SERVIÇO AO CLIENTE UMA VANTAGEM COMPETITIVA

Autores: Maria de Fátima de Abreu Farofé e Bruniele de Oliveira Silva

Orientador: Profa. Ma. Carla Maria de Almeida Moraes Bastos

RESUMO

O presente artigo tem por escopo o estudo da excelência no atendimento ao cliente, aproximando o tema, fundamentalmente, à aquisição de vantagem competitiva. De tal modo, este artigo se organiza, primeiramente, com uma introdução geral sobre o tema, onde se busca deixar claro como se alcança e a importância estratégica da satisfação do cliente no atendimento. Tal satisfação se expressa em: o consumidor repete sua compra, o que reduz o custo de fazer negócios; os produtos que são fornecidos pelo negócio ensejam mais valor ao cliente e, conseqüentemente, maiores lucros; aquisição de apoio financeiro e moral de clientes satisfeitos em tempos de crise corporativa; publicidade boca a boca de clientes satisfeitos, oferecendo novas oportunidades de mercado; e clientes satisfeitos comprando outros produtos e serviços. Posteriormente, no intitulado desenvolvimento, se explica à aquisição de uma vantagem duradoura e o bom relacionamento com o cliente, permitindo identificar seis grandes vantagens competitivas obtidas através da satisfação do cliente. Três delas relevantes para melhorar a lucratividade da organização, e três fundamentais para oportunidades de crescimento corporativo. O artigo em questão foi realizado através de ampla pesquisa bibliográfica, sendo ainda utilizadas consultas em sites na internet. Na conclusão, expõe-se, de forma muito resumida e pontual, as ideias principais do referido artigo.

Palavras-chave: Atendimento ao Cliente; Vantagem Competitiva; Estratégia; Fidelização.

O COMÉRCIO ELETRÔNICO COMO FERRAMENTA DE VENDAS NO MERCADO ATUAL

Autores: Marta Elena Figueiredo Silva e Rafaela de Oliveira Panis

Orientador: Profa. Espa. Vânia Márcia Silva do Carmo Brito

RESUMO

O tema deste artigo, que é o comércio eletrônico como ferramenta de vendas, é um assunto de grande importância no cenário atual da economia brasileira, pois está diretamente ligado aos interesses dos estabelecimentos comerciais e também dos consumidores. Primeiramente são apresentados o conceito do e-commerce e seus tipos de relações jurídico-contratuais vigentes. Posteriormente, apresentam-se os benefícios e vantagens advindos deste tipo de comércio como ferramenta de vendas, tanto no que se refere às empresas quanto no que se refere aos consumidores, analisando ainda alguns fatores desvantajosos deste sistema. Por fim, serão expostas suas características mais importantes dentro do mercado atual brasileiro bem como o principal campo de investimento e a sua realidade dentro da economia.

Palavras-chave: E-commerce; Comércio Eletrônico; Conceito; Vantagens; Mercado Atual.

CURSO:
CIÊNCIAS
BIOLÓGICAS
(LICENCIATURA)

DESCARTE INADEQUADO DE MEDICAMENTOS VENCIDOS OU NÃO UTILIZADOS

Autor: André Oliveira Bastos

Orientador: Profa. Dra. Bianca Magnelli Mangiavacchi

RESUMO

O descarte de medicamentos feito de maneira inapropriada traz uma preocupação de grande relevância no que diz respeito à contaminação do meio ambiente. Este artigo tem o objetivo de demonstrar através de trabalhos já realizados as consequências do descarte doméstico de medicamentos, realizada de forma inadequada no meio ambiente. O descarte dos fármacos, quando feita de maneira indevida, tem seu destino final em solos e ambientes aquáticos, ocasionando sua contaminação por substâncias químicas como antibióticos, hormônios, produtos de origem radioativa, que podem causar diversos problemas de saúde para a população. A metodologia empregada neste trabalho foi o levantamento de dados através de pesquisa bibliográfica de trabalhos pertinentes ao assunto.

Palavras-chave: Medicamentos; Inadequado; Descarte; Ambiente.

CURSO:
DIREITO

ABANDONO AFETIVO E A MONETARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES FAMILIARES À LUZ DO ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Autor: Adriana Silva Ferreira de Rezende

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdun Rangel

RESUMO

A Constituição Federal de 1988, a partir de seu promulgamento abarcou em seu texto importantes inovações jurídicas ao ramo do direito das famílias, reconhecendo a afetividade como base da família contemporânea, com a valorização da pessoa humana traçando como pilar a tutela da dignidade da pessoa humana. Com a humanização das relações de família, surgiu também a função social desta, no sentido de atribuir o exercício da autoridade parental no melhor interesse dos filhos. O presente trabalho se justifica pela tendência cada vez mais presente no ordenamento jurídico e decisões judiciais da humanização do direito e, quando das decisões de conflitos judiciais a utilização de princípios que emanam da dignidade humana, para tanto será abarcada a evolução histórica da família bem como princípios norteadores da família contemporânea como a paternidade responsável, a afetividade e a busca pela felicidade, será analisado o instituto da autoridade parental com seus direitos e deveres e por fim se estudará o questionamento da possibilidade de monetarização das relações familiares. O presente trabalho tem o escopo de analisar o dano moral nas relações familiares, precipuamente na relação entre pais e filhos, com foco no abandono afetivo sendo analisado pelo prisma do Superior Tribunal de Justiça.

Palavras-chave: Família; Afetividade; Abandono Afetivo; Autoridade Parental; Responsabilidade Civil.

DE SUJEITO DE DIREITOS A OBJETO DE LIBIDO: A INFÂNCIA DESTRUÍDA: SILÊNCIO E INVISIBILIDADE DO ESTUPRO DE VULNERÁVEL INTRAFAMILIAR

Autor: Alexsandro Sartori Cottini

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

Crianças e adolescentes têm direitos garantidos pela Carta Magna e por microsistema legal protetor (ECRIAD), porém todos os dias, sem que ninguém veja ou perceba, muitas delas têm seus direitos violados e a infância destruída dentro de seus próprios lares. O estupro de vulnerável intrafamiliar é acobertado pelo manto do silêncio e da invisibilidade, pois os autores dos abusos são aqueles que deveriam dar-lhes proteção. O objetivo da pesquisa é distinguir o pedófilo do abusador sexual situacional, e em se tratando de uma parafilía, a possibilidade de constatar a (in)imputabilidade do agente. Quanto à vítima, as consequências decorrentes dos abusos e a destruição da infância, verificando-se que, quanto menor a idade, maior a incidência do crime, em razão da fragilidade da vítima, e suscetibilidade à dominação dos seus algozes. Necessário se faz um exame mais rigoroso do tema, pautando-se em aspectos científicos, sobretudo os trazidos à luz pela medicina e pela psiquiatria forense. Dessa forma, a fim de construir uma visão condizente com a realidade existente, faz-se necessário traçar os aspectos diferenciadores do portador de pedofilia do indivíduo que, em decorrência de um conjunto de condições, perpetra violência e abuso sexual contra suas vítimas, abusadores molestadores situacionais, também conhecidos como pseudopedófilos. Ao mesmo tempo, em que se analisam os comportamentos de abusadores e vítimas, há um ponto a ser analisado, referente às penas aplicadas, em razão do preceito secundário do art. 217-A do Código Penal, cuja pena aplicada para os atos libidinosos é a mesma para conjunção carnal, considerado por muitos julgadores um injusto penal,

havendo necessidade de escalonamento dos atos, levando em conta as consequências de cada caso concreto.

Palavras-chave: Pedofilia; Abuso sexual intrafamiliar; Injusto penal.

O RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE *POST MORTEM* EM FERTILIZAÇÃO *IN VITRO* E A LEGITIMIDADE PARA SUCCEDER

Autor: Amilton Lengruber Ferreira

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

O presente ensaio bibliográfico faz um estudo sobre a inseminação artificial humana e a capacidade sucessória da prole havida por esse procedimento após a morte de seu pai biológico. Este é um tema polêmico na atualidade, não estando ainda pacificado entre os juristas. O grande objetivo desta pesquisa centra-se na possibilidade de um filho póstumo ter legitimidade para habilitar-se como herdeiro ao acervo hereditário de seu pai genético, independente de testamento para torna-lo capaz de suceder, quando concebido mediante técnicas de reprodução medicamente assistida *post mortem*. Nos termos da lei civil vigente a paternidade deste filho é certa, no entanto, o cuidado que teve o legislador em relação à presunção da paternidade em casos de utilização de certas técnicas de procriação artificial não se verifica no capítulo da Sucessão. Esta discussão, frente às lacunas existentes sobre o assunto, exige que a hermenêutica do legislador se submetea alguns princípios constitucionais, entre eles o da igualdade plena entre os irmãos. Deste modo, buscou abordar às implicações jurídicas decorrentes deste procedimento, especialmente a possibilidade do ser humano gerado ser considerado herdeiro do doador do material genético utilizado na reprodução.

Palavras-chave: Inseminação *Post Mortem*. Sucessão. Legitimidade. Filho Póstumo.

GARANTIA IMOBILIÁRIA LOCATÍCIA

Autor: Andréia Vieira Silva

Orientador: Prof. Me. Valdeci Ataíde Cápua

RESUMO

Dentre os diferentes tipos de contratos, estão aqueles em que uma das partes se compromete a conceder a outro o uso e gozo de seu imóvel, em troca de contraprestação em dinheiro, que são os contratos de locação. Para tanto, o locador pode dispor de garantias, a fim de garantir que o locatário cumpra com suas obrigações. No entanto, mesmo com lei expressa tratando do tema, o locador não tem absoluta certeza sobre possíveis prejuízos ocasionados por locatários, sendo de suma importância que se conheça cada uma delas, buscando aquela que satisfaça aos locadores e locatários. Nesse contexto, o presente estudo tem por objetivo analisar as garantias locatícias nos contratos de locação de imóveis residenciais, identificando os tipos permitidos e seus principais efeitos. A metodologia utilizada foi o método indutivo, com pesquisa bibliográfica em livros, artigos e jurisprudências. Conclui-se que há consenso na literatura de que, apesar das garantias explicitadas em lei, não existe locação integralmente segura, sendo estas utilizadas com o intuito de minimizar os riscos do locador. Nesse sentido, locador e locatário devem buscar entender seus direitos e deveres antes de assinarem um contrato de locação, analisando todos os aspectos do mesmo, especialmente no que tange às garantias, a fim de manter uma relação contratual equilibrada e sem conflitos.

Palavras-chave: Contrato; Locação de Imóvel Residencial; Garantias Locatícias.

RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO NO CRIME DE POLUIÇÃO (ART. 54 DA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS) À LUZ DOS PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO PERÍODO DE 2010 A 2016

Autor: Anysia Carla Lamão Pessanha

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como escopo abordar a responsabilidade penal da pessoa jurídica de direito privado ao incorrer a prática do crime de poluição, o qual está capitulado no artigo 54 da Lei de Crimes Ambientais. Nessa vereda, serão analisados os aspectos históricos do processo de proteção ao meio ambiente, destacando-se os três períodos que configuraram o aludido processo em âmbito nacional. Não obstante, serão analisadas as trilhas que levaram o meio ambiente a ter sua fundamentalidade reconhecida internacionalmente e nacionalmente, bem como o aspecto difuso inerente. Outrossim, além de ser um bem jurídico difuso, em que todos aproveitam seus benefícios e todos sofrem com sua degradação, o meio ambiente passou a ser um direito fundamental que alcança as presentes gerações e as pósteras. Sendo que todos esses avanços têm como base os princípios de ordem ambiental, os quais se mostram imperiosos no presente estudo, sob a justificativa de que o meio ambiente ecologicamente equilibrado impera diante os demais direitos, pois sem um meio ambiente propício, inviável se torna o exercício de todos os outros direitos fundamentais. Para essa responsabilidade seja demonstrada, o estudo será conduzido nos moldes jurisprudenciais, bem como disposições legais e doutrinárias concernentes ao tema. Portanto, foram analisadas as jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com os acórdãos proferidos de 2010 a 2016 a fim de apurar

como estão sendo responsabilizadas essas empresas cujo incorrem ao crime em tela.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Poluição; Fundamentalidade; Responsabilidade Penal; Pessoa Jurídica.

RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA NOS CRIMES AMBIENTAIS: DA DUPLA IMPUTAÇÃO PENAL

Autor: Beatriz Ribeiro Soares

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre o conceito de meio ambiente, ideia de preservação os principais e mais importantes Princípios da preservação ambiental, previstos na Constituição ambiental. Partindo do ponto conceitual dos termos ,meio ambiente` e direito ambiental, explicando a sua importância para o ser humano, como direito humano fundamental. As espécies de meio ambiente, reconhecidas pelo direito e doutrina brasileira, mostrando de forma abrangente cada uma. Abordando o que é crime ambiental, e as razões que levaram ao surgimento do direito ambiental atrelado à ideia de preservação como principal objeto. Apresentará a forma em que se dá a tutela ambiental, assim como as divergências da doutrina a respeito do tema sobre como se dá a responsabilização dos entes coletivos que incorrem na prática de ilícito ambiental.

Palavras-chave: Direito Ambiental. Tutela do Meio Ambiente. Responsabilidade Penal. Teoria da Dupla Imputação.

A USUCAPIÃO POR ABANDONO DE LAR NAS RELAÇÕES HOMOAFETIVAS

Autor: Caroline Saturnino Chierici

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdan Rangel

RESUMO

O estudo objetivou analisar a possibilidade de usucapião familiar por abandono do lar, que ocorre entre ex-cônjuges, ex-companheiros de união estável, inclusive das relações homoafetivas, bem como, examinar a conceituação e fundamentos jurídicos dos elementares do artigo, no que concerne a relação do Direito de Família e os Direitos Reais e os posicionamentos doutrinários. Este se justifica pela relevância social do tema, cuja problemática está nas controvérsias confrontadas no novo instituto, na qual se destacam a discussão sobre o abandono de lar e a alegação de culpa de um dos cônjuges no término da relação conjugal. Essa modalidade inovadora de usucapião, independentemente da intenção do legislador, origina insegurança jurídica, considerando que não há fundamento jurídico consolidado capaz de regularizar a aplicação de tal instituo, seja no âmbito dos Direitos Reais, ou no âmbito do Direito de Família. Contudo, na nova modalidade de família, presente na contemporaneidade, as relações homoafetivas no ordenamento jurídico deve ser observado pelo Direito de Família. Nessa conjuntura, a usucapião por abandono de lar nas relações homoafetivas é constitucional? Conclui-se que as relações homoafetivas, na legislação vigente, possuem direitos constitucionais, até mesmo por desfrutar da usucapião por abandono de lar. Assim, reconhecer que há possibilidade de incidência da usucapião pró-família, em sede de uniões homoafetivas, é garantir a isonomia formal de tratamento aos companheiros de mesmo gênero, estendendo-se os requisitos e efeitos do artigo 1.240-A do Código Civil à célula familiar estando amparado no princípio da dignidade da pessoa humana, como instrumento legitimador da possibilidade de ampliação da hipótese capitulada no dispositivo em explanação. A metodologia empregada no presente foi o

indutivo, auxiliada de revisão de literatura e de pesquisa bibliográfica como técnicas de pesquisa. A metodologia que embasou esta pesquisa foi à pesquisa bibliográfica, tendo como método de abordagem, o dedutivo.

Palavras-chave: Princípios do Direito de Família; Usucapião Familiar; Abandono de lar; Relações homoafetivas.

DIREITO SOCIAL À ALIMENTAÇÃO: O ALARGAMENTO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM DECORRÊNCIA DAS NECESSIDADES HUMANAS E A JUSTICIABILIDADE A LUZ DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Autor: Damaris Domingos Dutra

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

O presente trabalho versa sobre a problemática fome, especialmente dentro do contexto histórico do Brasil, e como se dá a sua erradicação através das políticas públicas instituídas pelos Governos que presidiram o Brasil. Sobretudo, busca uma delimitação conceitual sobre o que seria a fome, e seus derivados conceitos, como os de Josué de Castro, em sua obra *Geografia da Fome*, do ano e 1.984 e Euclides da Cunha, em sua obra *Os Sertões*, de 1.984. Bem como, o seu processo evolutivo diante da primeira, segunda e terceira dimensão dos direitos humanos, que trouxeram ao ordenamento jurídico um novo modo de pensar, trabalhando sobre a premissa de liberdade, igualdade e fraternidade. Assim, utilizam-se da caracterização da alimentação, como um direito humano previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1.948, e seu processo histórico evolutivo nos demais Pactos, Tratados, Convenções internacionais e Legislações Nacionais. Ademais, aborda as três dimensões do direito à alimentação adequada, que são a quantitativa, a qualitativa e a cultural, e a conceituação e proteção da segurança alimentar e nutricional. Além disso, traz o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça sobre a temática alimentação. Se utilizando da Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988, das Leis Ordinárias, e demais documentos jurídicos Internacionais, bem como, de artigos acadêmicos, teses de dissertação, e de doutrinas e obras. Constatando-se que há muita coisa a ser feita quanto à devida efetivação a

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2017.2)

Curso: Direito

todos de uma alimentação adequada e seus reflexos, como direito social, inerente ao cidadão.

Palavras-chave: Direito Humano; Direito à alimentação; Direito Social; Segurança Alimentar; Segurança Nutricional.

**INCONSTITUCIONALIDADE NA APLICAÇÃO DA PENA EM
SEGUNDA INSTÂNCIA, SEM O TRÂNSITO EM JULGADO,
FRENTE AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA:
UMA ANÁLISE DO HC Nº 126.292 DO STF**

Autor: Elaine de Souza Cassiano Bassoli Larcher

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

O trabalho busca discutir a inconstitucionalidade na aplicação da pena privativa de liberdade, antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória, em confronto com o Princípio da Presunção de Inocência. Tal princípio é considerado um dos princípios basilares do ordenamento jurídico brasileiro, foi positivado apenas na Constituição Federal de 1988, no âmbito dos Direitos e Garantias Fundamentais, sobre direitos e deveres individuais e coletivos, passou por grandes compreensões no decorrer da evolução histórica, estando sempre à favor do acusado e contra a arbitrariedade do Estado no exercício do seu poder/dever de punir. Discute-se o posicionamento tomado pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar o HC 129.262/16, onde se possibilitou a aplicação provisória da pena privativa de liberdade, após decisão de segunda instância, sem o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Palavras-chave: Princípio da Presunção de Inocência. Constituição Federal. Posicionamento do STF.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM EXAME: UMA ANÁLISE MATERIAL E PROCESSUAL DA LEI Nº 11.340/2006

Autor: Érica Corrêa da Silva Lopes

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre a violência doméstica e familiar, contra a mulher, analisando-a sob uma perspectiva histórico-cultural assim como uma análise de gênero. Abordam-se primeiramente questões históricas e culturais relacionadas a mulher ligada ao desenvolvimento na sociedade. Uma análise sobre os movimentos e as lutas femininas como a criação de tratados e convenções de direitos humanos, até a criação da legislação específica. Por fim, é feito um estudo sobre o agressor ou a agressora identificando o sujeito das agressões. É feita uma análise mais detalhada sobre a Lei 11340/06, conhecida como 'Lei Maria da Penha', e suas medidas protetivas que trata da prevenção e do combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Objetiva-se, assim, identificar os agressores e as consequências da aplicação da Lei e suas referências perante o Estado.

Palavras-chave: Violência Doméstica e Familiar. Mulher. Lei Maria da Penha.

A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO DO ICMS

Autor: Fábio Tavares de Resende

Orientador: Prof. Me. Valdeci Ataíde Cápua

RESUMO

Tendo como tema a responsabilidade tributária no regime de substituição do ICMS, observa-se que a substituição subsequente também chamada pela doutrina de substituição "para frente" e outra parte que a denomina de progressiva, vincula-se a fato futuro e incerto, respaldo no adicionado do § 7º do art. 150, da Constituição Federal de 1988. Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993, vem então, gerando inúmeras discussões quanto à sua validade. Objetivou o estudo, apresentar os aspectos pertinentes ao instituto da Substituição Tributária, sua legalidade e sua responsabilidade tributária junto às pessoas envolvidas, discorrendo sobre a espécie de substituição tributária com antecipação do imposto. Como objetivos específicos pretendeu apresentar as obrigações do substituto e do substituído no regime da Substituição Tributária ,para frente`; como também, analisar a sujeição passiva do contribuinte ou terceiro, tendo em vista essa figura criada no ordenamento jurídico – a substituição tributária para frente. Por fim, analisar a figura do responsável tributário, seus modelos de responsabilidade: por transferência e por substituição. Justifica-se o estudo pelo grande desconhecimento da sua técnica, dos seus aspectos conceituais e doutrinários, tornando-se um mito que necessita ser combatido, e especialmente, pesquisado. A Metodologia utilizada embasou-se em pesquisas bibliográficas. Concluiu-se que a solução que se apresenta mais razoável, para solucionar os problemas apresentados, seria a figura da substituição tributária, da forma como ocorrem nas outras modalidades tributárias, sem considerar a tributação por meio de margem de

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2017.2)

Curso: Direito

agregação, evitando assim, a presunção no direito tributário, que deve sempre que possível ser afastada.

Palavras-chave: ICMS; Substituição Tributária; Responsabilidade Solidária; Sujeição Passiva.

A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Autor: Geney Quintino Soares

Orientador: Prof. Me. Valdeci Ataíde Cápua

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa a redução da maioria penal como medida inconstitucional. Faz-se necessário tal abordagem haja vista ser a imputabilidade penal estabelecida a partir dos 18 anos de idade como preceito de índole constitucional, assim considerada como cláusula pétrea, sob o manto da Doutrina da Proteção Integral. Esta proteção trata os infante-juvenis como sujeitos de direito sob a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, afirmados no Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECRID traz presente às medidas cabíveis as crianças e adolescentes no caso de lhes ser imputados algum crime ou contravenção penal, sem a intenção de garantir-lhes a impunidade, mas sim, o direito de um tratamento diferenciado tendo em vista sua condição. Assim, pode-se dizer que esta abordagem é condizente com o princípio maior do Estado Democrático de Direito, ou seja, a dignidade da pessoa humana, abarcando os anseios de uma sociedade justa, eficiente e inclusiva. Quanto ao objetivo deste trabalho é desenvolver uma pesquisa sobre a possibilidade de redução da maioria penal como anseiam diversos setores da sociedade, diante de violência e criminalidade com índices alarmantes, como medida prática e solução imediata para a realidade que se apresenta. Resta constatado a inviabilidade constitucional desta medida, não só pelo que traz o texto constitucional, mas também por não ser este o remédio para a criminalidade entre as crianças e adolescente em nosso país.

Palavra-chave: Redução da maioria penal, Princípios Constitucionais, Medidas Socioeducativas.

ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

Autor: Jefferson da Costa Marinoni

Orientador: Prof. Me. Felipe Nogueira Alves da Silva

RESUMO

O presente trabalho tem como propósito analisar o fenômeno do assédio moral no trabalho que, apesar da discussão sobre o tema relativamente recente, a agressão ao trabalhador ocorre desde os tempos mais antigos onde os trabalhadores sofriam humilhações repetidas e prolongadas. O assédio moral possui a característica de expor o trabalhador a situações constrangedoras, sofrendo humilhações caracterizadas pelas relações hierárquicas onde aquele possui maior poder hostiliza a vítima. Bem como relacioná-lo com o princípio constitucional da dignidade humana. O assédio moral é um instituto que vem aumentando a cada ano, sendo fator de alteração do ambiente de trabalho além de ser um elemento que viola a dignidade do trabalhador.

Palavra-chave: Assédio Moral. Dignidade Humana. Personalidade.

GUARDA COMPARTILHADA POR IMPOSIÇÃO LEGAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE EM CASO DE DISSOLUÇÃO CONJUGAL CONFLITUOSA: A PROLE COMO MECANISMO DE VINGANÇA PRIVADA ENTRE OS EX-CÔNJUGES/ EX-COMPANHEIROS

Autor: Jéssica de Fátima Machado de Oliveira Bomfim

Orientador: Prof. Esp. Oswaldo Moreira Ferreira

Coorientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

O presente trabalho aborda o contexto histórico de família, analisa os princípios do Direito de Família, explicita o instituto da autoridade parental em análise e o Direito à convivência, avalia o instituto da guarda compartilhada e analisa a guarda compartilhada por imposição legal e suas implicações para a criança e o adolescente em caso de dissolução conjugal conflituosa. O tema versado é de grande importância, pois envolve o interesse, direitos e deveres relacionados ao poder familiar em relação aos filhos comuns, tendo em vista que a guarda compartilhada surgiu tanto pelo pai quanto pela mãe de mesmo rompendo a convivência familiar, continua compartilhando e participando da educação e criação de seus filhos. A metodologia utilizada foi de revisão bibliográfica. No que se referem os benefícios da guarda compartilhada alicerçada em estudos de Doutrinas e Jurisprudências, compreende-se que essa modalidade é mais favorável, pois antefere o melhor interesse do menor, possibilita aos filhos mais confiança, amor, carinho, afeto que são essenciais para seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Guarda Compartilhada; Interesse do Menor; Poder Familiar.

A COBRANÇA DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS COM ÊNFASE NO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA

Autor: João Victor Ferreira Viana

Orientador: Prof. Me. Felipe Nogueira Alves da Silva

RESUMO

O Estado necessita de recursos para sua existência e funcionamento, uma vez que não é detentor de receita própria, a cobrança de tributos é o principal meio de obtenção de receita pública, com o fim de realização de seus objetivos. Assim, a tributação é imprescindível como condição de efetivação dos direitos fundamentais, tornando-se um dever dos cidadãos financiarem o Estado, para que este promova os fins a que se destina. A Constituição Federal, em seu Título VI, Capítulo I, dedica 18 artigos sob a denominação de Sistema Tributário Nacional, juntamente com a Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, o Código Tributário Nacional, formam as principais fontes do Direito Tributário, ditando a Constituição Federal as regras gerais. O presente trabalho possui como principal foco os tributos municipais, com ênfase ao IPTU, e suas peculiaridades. Cada Município é regido por seu Código Tributário Municipal próprio, respeitando as regras Constitucionais e do próprio CTN. O Sistema Tributário do Município de Bom Jesus do Itabapoana é regido pela Lei nº 11, de 02 de dezembro de 1977 (Código Tributário do Município de Bom Jesus do Itabapoana), pela Constituição Federal e pela Lei 5.172, de 25/10/66 (CTN), além de leis esparsas, que instituem principalmente isenções. No primeiro capítulo é tratado do Direito Tributário no Brasil, uma breve síntese de sua origem histórica até a Constituição Federal de 1988 e seus principais princípios constitucionais. No segundo capítulo é relatado sobre a competência tributária. E por fim, no terceiro e último capítulo dá-se ênfase ao Imposto Predial e

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2017.2)

Curso: Direito

Territorial Urbano e a legislação Municipal do Município de Bom Jesus do Itabapoana.

Palavras-Chave: Tributos; CTN; Sistema Tributário; IPTU; Competência; Município.

A (IN) APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06) NAS RELAÇÕES HOMOAFETIVAS MASCULINAS

Autor: Júlio César Barbosa de Oliveira

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução da família ao longo do tempo, passando pelo Direito romano e canônico onde se percebe a enorme influência da igreja na formação do núcleo familiar, bem como analisar os novos arranjos familiares dentro do ordenamento jurídico brasileiro atual, passando pelo conservadorismo do Código Civil de 1916 comparando com a nova roupagem trazida pela Constituição Federal da República do Brasil de 1988. Abordar as novas configurações familiares, dentro do âmbito constitucional assim como no que concerne os direitos humanos. Abordar as relações homoafetivas, tratando do sexo biológico e o sexo psicológico o que promove a busca da identidade social trans através da materialização da mulher na figura masculina, com enfoque especificamente nas relações dentro da letra ,T`, onde se enquadram os travestis, transexuais e transgêneros, masculinos, onde se abordará o processo de construção do gênero tratando do sexo biológico versus o psicológico com isso ver se há cabimento para aplicação da Lei Maria da Penha nas relações homoafetivas masculinas e sua aplicabilidade em face dos novos contextos familiares, destacando o objetivo da Lei nº 11.340 de 2006.

Palavras-chave: Evolução da Família; Relações Homoafetivas Masculinas; Lei Maria da Penha.

O DIREITO EDUCACIONAL E SEU NASCIMENTO EM RELAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E A IMPORTÂNCIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS ESTABELECIDAS PELO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM UMA ABORDAGEM JURÍDICA E SOCIAL

Autor: Karla Aparecida Vigna Monteiro

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdan Rangel

RESUMO

Esse presente trabalho teve como principal escopo abordar as medidas socioeducativas em âmbito jurídico e social, explicando o disposto no artigo 112 do ECRID, da Lei nº 8.069/90, em que baseia-se na responsabilização social do adolescente autor de ato infracional, comportamento, este, definido como crime ou contravenção penal. O adolescente autor de ato infracional será responsabilizado sob a forma de medidas cuja aplicação deverá levar em consideração a sua peculiar situação da pessoa em formação e desenvolvimento físico, social e psicológico. Sendo que poderá a autoridade competente aplicar as seguintes medidas: advertência, reparação do dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. Na aplicação deve prevalecer o caráter social e pedagógico, pois, não se visa somente à retribuição ou punição pelo ato cometido, mas sim, a recuperação, de modo a evitar a reincidência. No entanto, para uma abordagem mais ampla da aplicação das medidas socioeducativas, torna-se pertinente uma análise ao surgimento do Direito à Educação no âmbito dos Direitos Humanos, devido a Educação ser um direito fundamental, inerente a dignidade da pessoa humana e também por ser dever do Estado assegurá-la. Assim, à Educação é essencial para o adolescente autor de ato infracional, pois, encontra-se em processo de formação e desenvolvimento. Também buscar-se aprofundar nos posicionamentos

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2017.2)

Curso: Direito

referentes ao Direito Educacional, sendo que ele normatiza a área educacional, em principal as relações no processo de ensino aprendizagem e possui sistematização e princípios próprios, o que o caracteriza no ramo do direito como autônomo.

Palavras-chave: Direito à Educação. Medida Socioeducativas. No contexto Escolar.

PUBLICIDADE ABUSIVA PARA OS HIPERVULNERÁVEIS À LUZ DO DIREITO DO CONSUMIDOR: UMA ANÁLISE CONTEXTUALIZADA DA RESOLUÇÃO 163 DO CONANDA

Autor: Lauanne Pereira Monteiro Almeida

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

A presente pesquisa enfatizará a abusividade da publicidade voltada para o público infantil, visto que esse tipo de publicidade aproveita a vulnerabilidade da criança para persuadi-la ao consumo de determinado produto ou serviço. Abordará a hipervulnerabilidade da criança como vítima da publicidade abusiva, com fundamento na resolução 163 do CONANDA, abordando a evolução histórica do Direito do Consumidor, analisando o Direito do Consumidor como direito fundamental e abordando os Princípios orientadores do Direito do Consumidor. Analisará conceituando e caracterizando o consumidor, o fornecedor, os produtos e serviços na relação de consumo. Abordará a publicidade abusiva para os hipervulneráveis, tendo a criança como vítima do consumismo, demonstrando os impactos legais da publicidade abusiva, e destacará quais práticas publicitárias são consideradas como abusivas em relação ao público infantil. A metodologia aqui utilizada foi o método indutivo, utilizando-se de revisão de literatura, com o aproveitamento da doutrina brasileira, da legislação pátria e ainda com o apoio de jurisprudências e artigos publicados na internet.

Palavras-chave: Publicidade Abusiva; Criança; Hipervulnerabilidade; Resolução 163 do Conanda.

DIREITO DOS ANIMAIS? ASPECTOS JURÍDICOS E BIOÉTICOS EM PROL DO ALARGAMENTO DA CONCEPÇÃO DE DIGNIDADE

Autor: Laura Gioffi Coelho Moraes

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

O trabalho composto possui o condão de demonstrar o quanto se faz necessário o reconhecimento da dignidade do animal, para que assim possa haver uma concretização de um ordenamento jurídico rígido para tipificar todos os direitos dos animais e deveres que o homem deve ter para com eles. Vendo isso, foi criado o termo bioética por Van Russel Potter, onde envolve a ideia de sobrevivência, ou seja, as atitudes humanas que colocam em xeque a vida no planeta. Assim, surgiu a necessidade uma tipificação para poder determinar limites para o uso de animais utilizados em pesquisas científicas, e uma melhor legislação, haja vista o comitê de Ética não estar sendo suficiente para tal serviço. Apesar de terem alguns Decretos, Leis Complementares e a Constituição Federal tipificando direitos fundamentais, não estão sendo suficientes para o tema abordado, haja vista haver a possibilidade de diversas interpretações. Com a extensa pesquisa foi possível observar que as manifestações relacionadas aos direitos dos animais começaram a surgir quando passou a existir a ideia do antropocentrismo, deixando o animal apenas como meio de instrumento para oferecer melhores condições a vida do homem, isso tudo com a justificativa de que o animal é um ser senciente e, dessa forma, o homem se sobrepõe a ele, devido serem os únicos com discernimentos para seguirem as Leis. Dessa forma foi possível analisar que apesar dos grandes avanços que houve ao longo do tempo tanto o Poder Público, quanto a coletividade, precisam dar mais importância ao assunto e com o auxílio dos instrumentos existentes passarem os ensinamentos para que mais pessoas se

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2017.2)

Curso: Direito

sensibilizem e entrem na luta contra as práticas de maus tratos corriqueiras a fauna e flora.

Palavras-chave: Bioética. Animal. Dignidade. Direito. Leis.

**UMA ANÁLISE DO ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO
CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES (ART. 33 DA LEI Nº
11.343/2006) NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO
ITABAPOANA-RJ, ENTRE 2012-2016**

Autor: Leandro Nassif Souza

Orientador: Prof. Me. Valdeci Ataíde Cápua

RESUMO

O presente trabalho é uma pesquisa voltada para atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes, equiparados ao crime de tráfico de entorpecentes com base no que dispõe a Lei nº 11.343/2006. Foi realizada um estudo da evolução do direito da criança e do adolescente ao longo dos anos até que se chegasse ao ECRIAD para tentar entender o que leva o menor a cometer os atos infracionais. Foram apontados também os direitos que os adolescentes e as crianças tem resguardados tanto pelo estatuto da criança e do adolescente quanto pela Constituição Federal de 1988. Ao final foi realizada uma pesquisa de campo buscando informações dentro do município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ objetivando completar a pesquisa levando junto ao Fórum dentre outros órgãos públicos os números de atos infracionais dentro do município.

Palavras-chave: Criança; Adolescente; Direito; Ato Infracional; Trafico de Entorpecentes

A EFETIVIDADE DA MEDIDA PROTETIVA NA LEI MARIA DA PENHA, EM BOM JESUS DO ITABAPOANA – RJ, NO PERÍODO DE 2014-2016

Autor: Lorena Bomfim da Costa

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdan Rangel

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por escopo trazer uma reflexão se de fato a medida protetiva aplicada pela Lei Maria da Penha é efetiva ou não. Para tanto, a localidade a ser analisada será o município de Bom Jesus do Itabapoana - RJ, no lapso temporal de 2014 a 2016. O propósito de tal pesquisa é, em um primeiro momento, traçar as linhas históricas sobre o papel na mulher na sociedade ao longo dos anos, abordando sobre a questão do gênero, para então, compreender a motivação que levou a criação da Lei Maria da Penha. Em um segundo momento, será analisada a Lei Maria da Penha propriamente dita, enfatizando na delimitação conceitual que ela traz acerca das espécies de violência. Por fim, será realizada uma pesquisa de campo no Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Adjunto Criminal, onde tramitam os processos da Lei Maria da Penha, a fim de constatar por meio entrevistas as vítimas e análises de processos, se a medida protetiva aplicada a lei em comento cumpre seu papel primordial, qual seja: zelar pela integridade da mulher, de seus dependentes e familiares, evitando assim que o agressor os maltrate a seu bel prazer.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Medida Protetiva. Efetividade.

ABORTO COMO DIREITO FUNDAMENTAL? O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS E A AUTONOMIA REPRODUTIVA DA MULHER À LUZ DO HC 124.306-RJ E O RECENTE POSICIONAMENTO DO STF

Autor: Luamary Silveira de Carvalho Spalla Gonçalves

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

A presente monografia possui o objetivo de abordar os direitos reprodutivos e sexuais como fundamento para futura descriminalização do aborto, frente ao entendimento do Supremo Tribunal Federal em seu HC 124.306 RJ. Assim, a escolha do referido assunto se deu por diversos fatores: em primeiro, porque se deve levar em conta que muitas mulheres vêm a óbito por realizarem o procedimento de modo inseguro, em segundo, por questões financeiras, pois nem sempre uma família está preparada financeiramente para ter outro filho, em terceiro, seria uma forma de proteger tais crianças que poderiam nascer indesejadamente, posto que são abandonadas ao nascer e por último, pelo fato de sempre levar-se em conta o ponto de vista do feto e nunca a vontade da gestante – que é parte fundamental no processo da gravidez, sendo que somente ela sofre modificações de ordem física e psíquica –. Tal pesquisa se iniciou pela decisão do tribunal mencionado, a qual serviu de escopo e fundamentação para o estudo, além de buscas em legislações pátrias, doutrinas, jurisprudências e demais materiais relacionados ao tema. Em suma, busca-se fazer com que o leitor pense (ao menos uma vez) sob a ótica da gestante, vislumbrando para isso, que a mesma é possuidora de direitos fundamentais, igualmente a qualquer outro ser humano e que, portanto, merece de tê-los respeitados e assegurados.

Palavras-chave: Aborto; Direitos Sexuais; Direitos Reprodutivos; Habeas Corpus 124.306.

VIOLÊNCIA DO IDOSO, NO ÂMBITO FAMILIAR, NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ

Autor: Luzia Elizabeth Ribeiro

Orientador: Prof. Esp. Oswaldo Moreira Ferreira

Coorientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

Trabalho baseado em um estudo bibliográfico e de campo, sobre a violência contra o idoso. Abordar a violência da pessoa idosa no âmbito familiar, na cidade de Bom Jesus do Itabapoana-RJ. Identificar as formas de maus-tratos ocorridos por omissão familiar na cidade de Bom Jesus do Itabapoana – RJ. Para isso será utilizada a metodologia quanti-qualitativa. Em maior destaque foi observado que, por se tratar de violência familiar, a pessoa idosa na maioria das vezes, tem dificuldades de reconhecer a agressão e ao mesmo tempo denunciar os maus tratos. Por serem vítimas dos próprios filhos e ou parentes próximos, fazendo com que o trabalho das autoridades competentes tornam-se inviáveis. Sabe-se que as agressões existem, mas não há dados estatísticos que possam comprovar as agressões. Sabemos que são várias, as pessoas idosas que sofrem agressões, mas o medo da denuncia e até mesmo da punição do ente querido faz com que a violência não seja relevada. O cuidado com a pessoa idosa, apesar de estar amplamente disposto nas leis como podemos observar no Estatuto do Idoso Art. 4º, (2003), Nenhum idoso pode ser objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão e todo aquele que lhe causar dano será punido pela lei que lhe garante proteção. Conforme citado acima, todo idoso tem direito de ter uma vida digna, com liberdade de expressão, e acima de tudo com respeito. Porém, ainda não há uma efetivação satisfatória no que diz respeito à integridade física e moral do idoso.

Palavras-chave: Violência; Idoso; Família.

SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO FRENTE AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA: VISANDO UMA TRIBUTAÇÃO JUSTA

Autor: Marcela Azevedo Braz

Orientador: Prof. Me. Felipe Nogueira Alves da Silva

RESUMO

Os princípios constitucionais da isonomia e da capacidade contributiva são considerados a base do Sistema Tributário Brasileiro, uma vez que a própria Constituição e o Código Tributário Nacional se funda neles. É de certo que não há se falar em justiça sem que se mencione isonomia, posto que uma vez que todos são considerados iguais na medida de sua igualdade e desigualdade na medida de suas desigualdades, vislumbra-se uma suposta justiça. Mas não basta tratar os iguais de maneira igual, é necessário observar as peculiaridades de cada grupo, ou seja, em observância ao princípio da isonomia, faz-se mister a análise da capacidade contributiva dos contribuintes. Diante disso, foi realizado o presente estudo que visa tão somente a possibilidade de um sistema tributário mais justo de maneira que sejam respeitados os princípios constitucionais. O termo justiça visa que há uma distribuição de riqueza de forma que todos alcancem o bem-estar social e uma vida digna.

Palavras-chave: Princípios. Tributários. Justiça. Equidade. Social.

APOSENTADORIA RURAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE EM FACE DAS DISPOSIÇÕES E INOVAÇÕES LEGAIS

Autor: Marília de Oliveira Degli Esposti Zanon

Orientador: Prof. Esp. Oswaldo Moreira Ferreira

Coorientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

O benefício rural é um tema habitual em nossos tribunais, gerando discussões em relação a sua aplicação e a seus requisitos. Apesar de parecer um tema simples, o mesmo possui certa complexidade, pois muitas pessoas não sabem quais os benefícios sociais que a previdência social os garantem. O tema proposto tem por objetivo fazer uma comparação da legislação em vigor do sistema previdenciário com as possíveis alterações dadas pela Proposta de Emenda à Constituição nº 287/16, onde esta irá alterar vários artigos da Constituição Federal, modificando assim a Previdência no Brasil. Para isto, será analisado e detalhado o que é a Previdência Social, os seus requisitos, dando ênfase nos benefícios rurais. Primeiramente será elencada no texto a origem da previdência social e a partir daí será adentrado na legislação, mostrando também sua evolução. O método de abordagem utilizado é o hipotético-dedutivo, visto que é uma análise do que pode acontecer. As técnicas de pesquisa foram as leis, doutrinas, Proposta de Emenda à constituição e internet. Essas alterações irão acarretar mudanças na vida de inúmeras pessoas devendo ser muito bem analisadas a fim de que não causem prejuízo a vida do segurado.

Palavras-chave: Previdência Social; Benefícios. Aposentadoria Rural; INSS.

POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO SOCIAL AO TRANSPORTE: DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ

Autor: Maxmiliano Cerqueira da Silva

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

O objetivo principal desse estudo visa ressaltar a importância da mobilidade urbana para as cidades, sobretudo com foco sobre o Município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ. Outro ponto essencial a ser abordado, é o reconhecimento do transporte como direito fundamental, social, hoje expresso no artigo 6º da constituição Federal. Fator que deve ser destacado é a importância e relevância do tema, visto que este reflete em toda sociedade, tendo participação de todos os cidadãos, pois todos tem a necessidade de se locomover pela cidade, independente do objetivo. Para a elaboração do presente trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas, análise de legislação e pesquisa de campo. Todas com intuito de enriquecer e trazer o maior número de informação para o leitor. Mediante todos os estudos realizados, fica claro que o Município de Bom Jesus do Itabapoana ainda tem um longo caminho a percorrer para atingir o patamar de mobilidade urbana satisfatória.

Palavras-chave: Mobilidade Urbana; Transporte; Cidade; Bom Jesus do Itabapoana.

MEDIAÇÃO E DIREITO FRATERNO: DO RECONHECIMENTO DA CULTURA DO DIÁLOGO E DO EMPODERAMENTO DOS ENVOLVIDOS COMO PARADIGMA PARA A AFIRMAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Autor: Natália Dutra Mendes

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

O presente trabalho versa sobre Mediação e Direito Fraternal como condição para a administração de conflitos. Porquanto, o conflito é visto como algo dotado de aspecto negativo, desagregador, capaz de desestabilizar a paz social. Busca-se ainda, analisar a inserção, sobretudo no ordenamento jurídico da Lei de Mediação e do Novo Código de Processo Civil, contrapondo à cultura adversarial processual brasileira. Neste sentido, tradicionalmente, o modelo processual brasileiro pautou-se na cultura adversarial e na ideologia ganhador-perdedor, conferindo protagonismo e destaque ao Poder Judiciário. Todavia, por outro lado, a mediação se apresenta como prática emancipatória, empoderadora e de corresponsabilização dos envolvidos nos conflitos, ofertando protagonismo aos mediandos. Assim, a proposta de trabalhar com o instituto mediação de conflitos juntamente com o princípio da fraternidade podem viabilizar o diálogo construtivo e a negociação de tomada de decisões, propondo relações interpessoais confortáveis, com base no diálogo e no respeito, assentando os mediandos num espaço de alternativa democrática para prevenir situações de conflito, superando a ideologia do ganhador-perdedor, promovendo-se, em substituição, a ideologia do ganhador-ganhador. Como conclusão, entende-se que a difusão das práticas de mediação é imperiosa, sobretudo a fim de assegurar que haja uma propagação da cultura do diálogo como mecanismo emancipatório e capaz de despertar nos envolvidos uma

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2017.2)

Curso: Direito

corresponsabilização pelo conflito, alicerçada nos direitos humanos, por intermédio da aplicação da mediação e do direito fraterno no campo jurídico.

Palavras-chave: Cultura do Diálogo; Dignidade da Pessoa Humana; Direito Fraterno e Mediação.

O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA APLICADO DE FORMA OBJETIVA COM FOCO A EVITAR A VINGANÇA PRIVADA NO CRIME DE FURTO

Autor: Northon Dutra Tardin

Orientador: Prof. Esp. Oswaldo Moreira Ferreira

Coorientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

O tema proposto não teve como objetivo exaurir todo conteúdo jurídico inerente à aplicabilidade do postulado da insignificância visto a amplitude de entendimentos no ordenamento jurídico pátrio. O presente ensaio bibliográfico visou proporcionar uma visão contemporânea sobre o assunto, demonstrando o manejo dessa ferramenta pelos operadores do Direito, bem como sua aceitação pelos Tribunais Superiores. Com foco a coadunar considerações relevantes sobre o tema, no desenvolvimento da pesquisa foram abordados conceitos sobre a Política Criminal moderna ligada ao movimento que prospera de Direito Penal mínimo, destacando-se neste ponto a subsidiariedade e fragmentariedade da norma criminal, dentre outros aspectos atinentes a intervenção mínima. Foi realizada também uma análise das questões favoráveis e desfavoráveis da aplicação do princípio nos crimes de furto e institutos correlacionados, onde, ao final, visou demonstrar qual seria a solução mais apropriada a ser aplicada a cada problema. Por fim, retrata a problemática, sobre quando se deve aplicar ou não o princípio da insignificância nos crimes de furto, buscando sobretudo conformidade nas decisões dos Tribunais Superiores, para que se evite a temida insegurança jurídica e consequentemente a vingança privada.

Palavras-chave: Princípio da insignificância; Direito Penal Mínimo; Política Criminal.

ENTRE O IDEAL E A PRÁTICA: UMA ANÁLISE DO PRINCÍPIO DA CELERIDADE E SUA (IN) EFICIÊNCIA NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ.

Autor: Otávio Pimentel Gomes

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral Abordar a situação atual do Juizado Especial Cível de Bom Jesus do Itabapoana/RJ abordando o problema da morosidade na prestação jurisdicional tendo como objeto de estudo o princípio da celeridade. Analisar o que dispõem a Lei nº 9099/95, como instrumento de efetivação do acesso à Justiça, sobre os juizados especiais cíveis, bem como discorrer sobre o princípio da celeridade no microssistema dos Juizados Especiais Cíveis. Ao final da Pesquisa busca-se verificar se tal princípio é de fato eficaz na realidade do Juizado Especial Cível de Bom Jesus do Itabapoana/RJ. A pesquisa é caracterizada por um estudo de caso, utilizando-se dos métodos científicos dedutivo, partindo-se do tema geral para o particular. É composto de quatro capítulos, incluindo a introdução que discorre sobre a temática e objetivos de realizá-la. Faz-se uma análise do Processo Histórico de Reconhecimento do Acesso à Justiça, passando pelas ondas Cappelletianas, em seguida trata do Juizado Especial Cível como meio de aproximação entre sociedade e poder judiciário e por ultimo, uma análise de campo, observando a celeridade como critério do Juizado Especial Cível de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, no período de 2014-2016. A partir desse estudo comprovou-se que de fato na Comarca de Bom Jesus do Itabapoana/RJ há a devida aplicação do princípio da Celeridade, sendo esse considerado primordial.

Palavras-chave: Justiça. Acesso. Processo. Celeridade.

SOB A ESPADA DE DÂMOCLES: UMA ANÁLISE DO LIVRE CONSENTIMENTO CONTIDO NO ART. 4º DA LEI Nº 9.434/97 X O ART. 14 DO CÓDIGO CIVIL

Autor: Pâmella do Carmo Silva

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

O presente feito pauta-se na análise do conflito de consentimento quanto a legitimidade para doação de órgãos e/ou tecidos após a morte expresso no art. 14 do Código Civil Brasileiro e no art. 4º da Lei nº 9.434/97 – Lei de Transplantes de órgãos e/ou tecidos. É sabido que o número de transplantes realizados cresceu nas últimas décadas, sendo, contudo, ainda obstruído por inúmeros fatores como logística, insuficiência de doadores, sendo esta última impactada pela significativa recusa da família a doação de órgãos e/ou tecidos nos casos de doador já falecido, ensejando conflito não apenas legal, como também ético. Por conseguinte questiona-se: a família é a legalmente legítima para conceder ou recusar tal decisão? Não seria o próprio doador o único legítimo para tal decisão? O consentimento familiar contraria direitos da personalidade? Desta forma, a fim de que se procure responder as indagações propostas, serão adotadas as metodologias dedutiva e dialética de pesquisa, analisando-se no presente estudo, conceitos bioéticos, bem como preceitos submetidos a égide do Biodireito. Posteriormente, será revisado a concepção de consentimento informado contido na lei especial (Lei de Transplantes) relacionados aos preceitos bioéticos e do biodireito para então, enfrentar-se a questão em conflito. Isto posto, observar-se-á que existem interpretações diferentes que ensejam respostas diferentes para tal conflito, bem como questiona-se a própria existência do conflito em si, vez que a família agiria apenas como ‚suplente‘ do doador falecido, nos casos de óbito sem nenhuma manifestação de vontade

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2017.2)

Curso: Direito

deixada em vida, focando-se no entendimento de ser esta a hipótese melhor aceita.

Palavras-chave: Bioética; Biodireito; Livre Consentimento; Transplante de órgãos; Direitos da Personalidade; Direitos do Cadáver.

**“DA AFETIVAÇÃO FAMILIAR”: DA DESBIOLOGIZAÇÃO
DOS VÍNCULOS FILIAIS E DO RECONHECIMENTO PELO
AFETO DAS FORMAÇÕES FAMILIARES POR PARES
HOMOAFETIVOS À LUZ DO MELHOR INTERESSE DO
MENOR**

Autor: Rafael Guimarães de Oliveira

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

O presente trabalho tem como propósito analisar a possibilidade de se conceder a adoção aos casais formados por pessoas do mesmo sexo. Utiliza-se para a feitura do mesmo o método de abordagem indutivo, o método de procedimento o monográfico e a técnica de pesquisa indireta, através de pesquisa bibliográfica e documental. Inicialmente busca-se apresentar a evolução da entidade familiar no ordenamento jurídico brasileiro, bem como, quais as bases para a conceituação da família nos dias atuais. Em seguida, analisa-se a tentativa de intervenção mínima do Estado na família ou Direito de Família, deixando conceituado alguns de seus princípios basilares, os quais servem para embasar recentes decisões de uníssona importância no campo jurídico. Ainda, procura-se conceituar a adoção, seus modelos e princípios, para em derradeiro, analisar o reconhecimento e aplicação jurídica na concessão de adoção aos pares homoafetivos. Por fim, uma análise jurisprudencial em que fora tratado sobre o tema em testilha.

Palavras-chave: Afeto; Melhor interesse do menor; Adoção; Casais homoafetivos.

O VALOR DA MONOGAMIA *VERSUS* O PRINCÍPIO DA BUSCA PELA FELICIDADE: CONTROVÉRSIAS JURÍDICAS PARA O RECONHECIMENTO DAS UNIÕES ESTÁVEIS PLÚRIMAS

Autor: Rauleane Kelly Raposo

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

O objetivo do presente é discorrer a respeito da inadmissibilidade do reconhecimento da união estável paralela por afrontar o requisito fundamental da fidelidade, bem como, por dismantelar uma sociedade que apresenta como elemento estrutural a monogamia. Para o direito brasileiro e a sociedade de outrora, a ideia tradicional de família, era a que se constituía por pais e filhos unidos pelo casamento regular proposto pelo Estado. Contudo, essa concepção mudou ao longo do tempo, reconhecendo as relações de união estável, as homoafetivas e outros diversos modelos de famílias, como entidade familiar. Assim, incitado pela evolução da sociedade e ainda por necessidade de ordem jurídica, o direito passou a proteger todos esses modelos considerando que as uniões sustentadas fora do casamento não são tanto estranhas ao dia-a-dia da sociedade, como fazia parecer à lei, essas relações na verdade, estavam inseridas por muitos séculos na rotina dos relacionamentos. A existência de famílias simultâneas põe em confronto a monogamia, que é um dos componentes centrais na tradição do Direito, de modo a aferir uma atitude característica. Apesar da legislação brasileira não mencionar a palavra monogamia, vários juristas do Direito de Família defendem que o sistema jurídico brasileiro está regido por um princípio da monogamia. Esta seria um pré-requisito imprescindível para se verificar o caráter familiar em um relacionamento. Embasada a partir de sua importância moral, a necessidade da monogamia enquanto um valor compartilhado também é indispensável ao

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2017.2)

Curso: Direito

Direito, apesar dessa indispensabilidade não se justifique de maneira tão decisiva quanto à certeza da conclusão pela impossibilidade jurídica da convivência afetiva. A metodologia empregada no presente foi o indutivo, auxiliada de revisão de literatura e de pesquisa bibliográfica como técnicas de pesquisa.

Palavras-chave: Direito de Família; Casamento; Constituição; União Estável Plúrima.

O IDOSO COMO HIPERVULNERÁVEL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: UMA ANÁLISE DA REDE DE PROTEÇÃO

Autor: Renato Pereira do Nascimento

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

Em razão de sua idade e circunstâncias que o acompanham, o idoso fica exposto ao abuso por parte de fornecedores maliciosos que se aproveitam de sua hipervulnerabilidade, pois pelo fato de o consumidor idoso se encontrar em uma condição especial, é mais suscetível às práticas abusivas no mercado de consumo, visto suas condições físicas, emocionais, sociais e as típicas debilidades que acompanham a idade avançada, de forma a exigir o reconhecimento de sua hipervulnerabilidade. A presente pesquisa tem como objetivo principal, analisar a rede de proteção do idoso como consumidor hipervulnerável, descrevendo o processo histórico de afirmação do Direito do Consumidor, analisando o reconhecimento da fundamentalidade do Direito do Consumidor, caracterizando o idoso como parte hipervulnerável na relação de consumo, bem como analisar a rede de proteção ao idoso no município de Bom Jesus do Itabapoana - RJ.

Palavras-chave: Idoso. Hipervulnerabilidade. Consumidor.

O ACESSO À ÁGUA POTÁVEL COMO DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL E AS CONSEQUÊNCIAS DA CRISE HÍDRICA

Autor: Rodolfo Teixeira Oliveira

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

O presente trabalho visa expor a eminente necessidade de revisão do ordenamento jurídico brasileiro de forma que o acesso à água potável seja positivado como um direito humano fundamental, baseado primordialmente em razões de circunstâncias concretas da vida humana. Dessa forma será apresentado o conceito de direitos humanos e direitos fundamentais, o tratamento jurídico dado à água e as divergências do tema. Será apresentado legislações e acordos internacionais, inclusive os quais o Brasil aderiu, todos eles dando ciência da caracterização do acesso à água como direito humano fundamental. Será apresentado as severas consequências da crise hídrica, tanto no contexto nacional, como no cenário mundial, demonstrando que a problemática da crise hídrica é um problema de segurança internacional. Narrando todas as consequências negativas da crise será apresentado possíveis soluções, primordialmente acerca da positivação de forma expressa do acesso a água potável como direito humano fundamental no ordenamento jurídico e a necessidade da conscientização ambiental, finalizando com ideia convicta de que tal direito é um direito humano fundamental universal.

Palavras-chave: Direito Humano Fundamental; Água Potável; Crise Hídrica; Conscientização Ambiental.

ESTUPRO DE VULNERÁVEL: ANÁLISE DO CRIME E VERIFICAÇÃO DA VULNERABILIDADE DA VITIMA MENOR DE 14 ANOS

Autor: Ruth Almeida de Assis Romão

Orientador: Prof. Me. Valdeci Ataíde Cápua

RESUMO

O trabalho abordado procura verificar a necessidade de adequação e perspectiva do Direito ante as constantes alterações socioculturais, retirando a análise severa das regras, e adequando-se aos princípios ético-morais indispensável em determinado período histórico, atendendo o objetivo da lei, e não apenas sua aplicação integral. Assim analisam-se o crime de estupro de vulnerável à luz da presunção de vulnerabilidade dos menores de catorze anos, em especial, os que já tenham completado doze anos, que na antiga vigência do art. 224 do CPB (Código Penal Brasileiro) se socorriam da ,presunção de violência`. Perfaz um breve histórico do delito estupro e sua aplicação jurídica, desde a antiguidade até nossos dias. Expõe conceituação e trata das elementares do tipo, bem como sujeitos e ação penal inerentes a esse delito. Analisa a violência como fator crucial ao crime de estupro (art. 213, CP) e a desnecessidade da mesma quando a vítima é vulnerável. Estuda os diversos pensamentos doutrinários e julgados para verificar possibilidade de aplicar a responsabilidade objetivo. Outrossim, considera a diferenciação que o Estatuto da Criança e do Adolescente faz entre a validade do consentimento dado pela criança e pelo adolescente. Contextualiza a atual sociedade e a conjectura da necessidade de proteger ou não os hodiernos jovens (menores de catorze anos). Confronta os textos normativos, a produção doutrinária, jurisprudências e julgados, com ênfase ao indivíduo maior de doze e menor de quatorze anos, ensejando descobrir se há possibilidade de excluir a tipicidade da ação. Finaliza ensejando aplicar o real objetivo da Lei que atenda anseios sociais e, portanto,

opta por acompanhar o pensamento majoritário, qual seja, a possibilidade de aplicar a relativização da vulnerabilidade.

Palavras-chaves: Direito Penal. Estupro. Estupro de Vulnerável. Código Penal-Art. 217-A. Presunção de vulnerabilidade.

LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO MODALIDADE DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DIREITO DE PROPRIEDADE PRIVADA URBANA NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ

Autor: Ruth Roeles de Campos

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

O direito de propriedade é um dos direitos fundamentais estabelecido no artigo 5º, XXII da Constituição Federal, garantindo ao proprietário autonomia no exercício das realizações pessoais sobre o bem. No entanto, admite-se restrição a esse direito, em vista de atender o interesse público e pelo fato de coexistir interesses de outros membros da sociedade de igual natureza. Com isso, faz-se necessária a intervenção do Poder Público na propriedade privada urbana, entendendo-se que no exercício de sua função, a administração pública almeja impedir que o comportamento individual cause prejuízos maiores à coletividade, mas, ainda assim, falta precisão ao critério, porque também se pode dizer que a polícia judiciária, embora seja repressiva em relação ao indivíduo infrator da lei penal, é também preventiva em relação ao interesse geral, porque, punindo-o, tenta evitar que o indivíduo volte a incidir na mesma infração. Serão analisadas a relevância das restrições administrativas do Poder Público sobre o direito à propriedade privada, para melhor atender ao bem comum, descrevendo o direito fundamental de propriedade assegurado ao cidadão, constitucional e civilmente, evidenciando a importância da intervenção estatal na propriedade privada urbana na busca pela supremacia do interesse público e indicando os requisitos da limitação administrativa como exercício da Administração Pública. Os métodos de abordagem utilizados na pesquisa foram dialéticos e dedutivos, utilizando-se da coleta de dados para análise em revistas bibliográficas, obras doutrinárias nas áreas do direito

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2017.2)

Curso: Direito

constitucional, civil e administrativo, assim como análise de legislação, valendo-se da Constituição Federal, a leis específicas e municipais.

Palavras-chave: Propriedade; Direito Fundamental; Interesse Público; Intervenção do Estado; Limitação Administrativa.

REFLEXÕES SOBRE O ABORTO COMO POLÍTICA PÚBLICA

Autor: Samila Ferreira Teixeira

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

O objetivo principal desse estudo foi descrever a relação entre aborto e saúde pública no Brasil, sob a perspectiva dos direitos humanos. Verificou-se que a busca de mulheres pelos seus direitos perdura por décadas e, mesmo alcançando várias conquistas, como as ocorridas na assistência à saúde da mulher, ainda são necessárias outras mudanças, como, por exemplo, na assistência preventiva da gravidez indesejada e no respeito aos direitos humanos de mulheres que desejam abortar, sendo que o aborto emergiu como questão de saúde pública, em razão do elevado índice de mortalidade materna. A metodologia empregada para a construção deste trabalho baseou-se na pesquisa bibliográfica e documental, obtidos em livros, artigos e sites diversos, teses, dissertações, revistas acadêmicas e científicas, leis, resoluções, documentos oficiais, dentre outros. Conclui-se que, por conta da criminalização do aborto no País, diversas mulheres realizam este procedimento de forma insegura, provocando danos a sua própria saúde, o que se configura em uma violação dos direitos humanos.

Palavras-chave: Aborto; Direitos Sexuais e Reprodutivos; Saúde Pública

MUTAÇÕES HERMENÊUTICAS NO STF: UMA ANÁLISE DO HC 126.292-SP À LUZ DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Autor: Samira Moreira Santos

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

Com intuito de examinar os aspectos do instituto da execução provisória da pena sob a ótica apresentada no *habeas Corpus* 126.292/SP. Foram tratados diversos assuntos que norteiam o processo penal. E caracterizado os mais importantes termos relacionados a possibilidade da execução provisória da pena. Debater o presente tema é de valiosa relevância, porquanto o Supremo Tribunal Federal exerce o papel de guardião da Constituição Federal, assim seus entendimentos e posicionamentos tem caráter orientador aos demais tribunais. É notório, que mesmo sem natureza vinculatória os juízes das instâncias inferiores tende a ser influenciados por seus julgados. Sob essa minha de visada, ao elucidar que não há incompatibilidade entre a execução provisória da pena e o princípio da inocência, o STF abre a possibilidade de os tribunais em sentença, desde já, expedirem o mandado de prisão para aplicação imediata da pena. O que por um lado atende um clamor da sociedade para redução da sensação de impunidade, por outro, preocupa grande parte dos doutrinadores atuais que chegam a dizer que se trata de um retrocesso o direito processual penal.

Palavras-chave: Execução Provisória da Pena. Princípio da Inocência. Mutação Hermenêutica.

O DIREITO À MORADIA COMO GARANTIA CONSTITUCIONAL E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Autor: Sérgio Alves Pralon

Orientador: Prof. Esp. Oswaldo Moreira Ferreira

Coorientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

A moradia é um direito legalizado a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, no modo de direito à habitação. Na organização jurídica brasileira, torna-se direito essencial ao ser confirmado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no artigo 6º, na relação dos direitos sociais. O direito à residência foi inserido a partir de 2001 com a Emenda Constitucional nº 26. Vale destacar que no seu interior diz também referência aos direitos à dignidade do ser humano, à privacidade e a intimidade; todos antevistos na Constituição Brasileira. O entusiasmo destes títulos demanda a efetivação da defesa do ser humano em sua completude. Contudo, muito brasileiros ainda precisam de situações de alcançabilidade a uma moradia digna, que assegure a sua qualidade de vida, e vivem em coisas desconformes e condições impróprias. Transtornos que abrangem saúde pública, proteção aos recursos naturais, saneamento básico, compartilhamento de renda e das áreas urbanas estão diretamente associados ao direito à moradia. O atual trabalho tenciona discutir o direito à residência em presença do ordenamento jurídico, com a finalidade de comprovar a indispensabilidade de confirmação à efetuação deste direito, como modo de assegurar a peculiaridade de vida para as pessoas e apropriada evolução das cidades.

Palavras-chave: Dignidade da pessoa Humana; Constituição Federal; Moradia.

AS FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE EM PAUTA: UMA ANÁLISE DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA

Autor: Susane Costa Soares Guimarães

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

A Constituição Federal, no artigo 182 estabelece como objetivo da política de desenvolvimento urbano, ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, através de diretrizes fixadas em lei a fim de propiciar melhores condições de vida a seus habitantes. O Plano Diretor Municipal, documento que sintetiza o plano de desenvolvimento urbano local é instrumento básico da política de desenvolvimento urbano e responsável pelo cumprimento da função social da cidade. Apesar de instituir as funções sociais da cidade, as mesmas não se encontram discriminadas no texto constitucional. O presente trabalho é relevante, pois se propõe a investigar a evolução do conceitual de cidade ao longo do tempo; estabelecer diferenciação entre município e cidade; apontar a instituição constitucional das funções sociais da cidade; demonstrar, dentre as atribuições constitucionais do Plano Diretor Municipal, o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, como instrumento básico da política urbana; demonstrar quais são tais funções definidas pelos documentos internacionais citados e demonstrar, através de análise local no Município de Bom Jesus do Itabapoana, se as funções sociais da cidade são plenamente desempenhadas, conforme consta do Plano Diretor Participativo. Foi o método dedutivo, em que, através de análise local, foi constatado o não cumprimento das funções sociais da cidade no Município de Bom Jesus do Itabapoana, conforme consta do referente Plano Diretor Participativo.

Palavras-chave: Cidade. Função Social da Cidade. Plano Diretor.

A SOLIDARIEDADE FAMILIAR E A POSSIBILIDADE DE PRESTAR ALIMENTOS À CONCUBINA À LUZ DO STJ

Autor: Thatiana Almeida da Silva

Orientador: Prof. Esp. Oswaldo Moreira Ferreira

RESUMO

A presente monografia tem como principal objetivo a análise do Recurso Especial Nº 1.185.337 – RS (2010/0048151-3), do Superior Tribunal de Justiça. Partindo de análises de doutrinas e legislações. Busca-se nesta pesquisa a possibilidade de prestar alimentos à concubina diante dos princípios constitucionais invocados. Iniciou-se a pesquisa com uma abordagem sobre as concepções acerca da família no tempo, discorrendo sobre a família Romana, Canônica e a família no direito brasileiro contemporâneo. Também se analisa a interpretação dos princípios constitucionais no direito de família brasileiro, no que compete o princípio da dignidade da pessoa humana e o princípio da solidariedade familiar. Merecendo destaque também, os alimentos do direito civil brasileiro, sua função social e suas espécies e o dever de prestar alimentos ao cônjuge e companheiros. Por fim, abordou-se as uniões impuras, a monogamia como regra social e jurídica, o reconhecimento judicial do concubinato e a possibilidade de prestar alimentos sobre a análise do referente recurso. A sociedade brasileira tem passado por mudança em suas estruturas. Razão de surgirem cada vez mais discussões a cerca das entidades familiares e daquelas a ela equiparadas. Nesse contexto surge a questão do concubinato, que é uma realidade que não se pode descuidar das suas consequências jurídicas, pois tem uma grande capacidade para gerar direitos e deveres. Assim, há uma necessidade de uma análise mais perfeita acerca das consequências jurídicas dando enfoque a prestação de alimentos a concubina seguindo o princípio da solidariedade humana a luz do STJ.

Palavras-chave: Concubinato. Família. Alimentos.

DO RECONHECIMENTO DO ESTADO SOCIOAMBIENTAL DE DIREITO À LUZ DO PARADIGMA JURISPRUDENCIAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Autor: Vitor Pimentel Oliveira

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

A premissa adotada para o desenvolvimento do presente trabalho foi a preocupação em matéria ambiental, de forma mais específica, se os elementos inerentes à tutela do meio ambiente, um direito humano e fundamental, podem proporcionar a reestruturação do modelo de Estado vigente, no sentido de verificar a existência de um Estado Socioambiental de Direito, tendo em vista o paradigma extraído da jurisprudência da Corte Constitucional, o Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição Federal da República Federativa do Brasil. A jurisprudência, selecionada até o ano de dois mil e dezesseis (2016), teve como base o parâmetro da expressão 'meio ambiente ecologicamente equilibrado', maneira pela qual a Constituição Federal de 1988 acolheu o direito ao meio ambiente. Além disso, um julgado apartado também é objeto de análise, consistindo em um segundo momento nos exames da jurisprudência. Ao longo do trabalho, construções teóricas pertinentes ao conteúdo ambiental se mesclam com o escopo de alcançar a resposta à problemática proposta.

Palavras-chave: Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado; Constituição; Direito Fundamental; Supremo Tribunal Federal.

AMICUS CURIAE E O NOVO CPC

Autor: Yuri do Carmo Araujo

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

O presente trabalho visa trazer considerações doutrinárias acerca do instituto do *Amicus Curiae* e as novas considerações trazidas pela entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015 (Código de Processo Civil). O referido ordenamento passou a prever expressamente tal instituto, entendendo-o como uma espécie de intervenção de terceiros e tratando de forma genérica sua intervenção, desde que preenchidos certos requisitos estabelecidos pelo art. 138 do CPC. Com isso, para melhor entendimento do tema e de toda conjuntura social contemporânea, no primeiro capítulo será abordado o instituto da intervenção de terceiros, seu significado e as modalidades trazidas pelo atual ordenamento jurídico. Por conseguinte será tratado no segundo capítulo o instituto do *amicus curiae*, conceituando-o, delineando suas principais características, bem como sua natureza jurídica nos moldes do Código atual e as possibilidades para sua intervenção ser admitida. Em uma avaliação mais ampla será tratado do tema da intervenção do *amicus* no controle de constitucionalidade brasileiro, tanto no controle difuso quanto no concentrado, na repercussão geral e na súmula vinculante, citando os requisitos para sua intervenção ser admitida em tais casos.

Palavras-chave: *Amicus Curiae*. Direito Processual. Intervenção de Terceiros. Novo Código de Processo Civil. Direito Constitucional.

TRABALHO TERCEIRIZADO NO BRASIL: AS CONSEQUÊNCIAS DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES-MEIO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Autor: Winston de Souza Silva

Orientador: Prof. Me. Felipe Nogueira Alves da Silva

RESUMO

O tema pesquisado versa sobre o Trabalho Terceirizado no Brasil, trata-se de um estudo sobre essa forma de execução das atividades de uma empresa, que vem se difundido e incorporando na vida do trabalhador, necessitando de regulamentação jurídica para sua aplicação. Essa modalidade de trabalho surge da necessidade de um empresa focar na sua atividade-fim, contratando uma empresa para realizar suas atividades-meio. Primeiramente será abordada a relação constitucional do Direito do Trabalho, apontando os princípios norteadores desse ramo do direito; em sequência discorrerá sobre o direito ao emprego e a dignidade do empregado, bem como o valor social do trabalho; por fim explicitar o trabalho terceirizado, as consequências que decorrem dessa modalidade de execução do trabalho e malefícios resultantes de sua aplicação.

Palavras-chaves: Trabalho terceirizado; atividades-meio; consequências; relações de trabalho; flexibilização.

CURSO:
ENFERMAGEM

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM DOENÇA DE ALZHEIMER

Autores: Darlene Machado Tardin e Roselaine de Oliveira Miguel

Orientador: Profa. Ma. Sandra Tavares da Silva

Coorientador: Profa. Dra. Clara dos Reis Nunes

RESUMO

O Mal de Alzheimer é uma doença neurodegenerativa e irreversível, que se instala de forma insidiosa e causa progressivo declínio das funções cognitivas e motoras. O objetivo deste trabalho foi investigar na literatura aspectos dos cuidados de enfermagem ao paciente com Doença de Alzheimer (DA), esquematizando um protocolo de atendimento. A pesquisa foi realizada nas bases de dados Lilacs, Scielo e Base de Dados de Enfermagem, a partir das combinações dos descritores: "Doença de Alzheimer", "enfermagem" e "enfermagem domiciliar". A seleção se deu pela leitura dos títulos, seguida pela análise dos resumos e finalmente, por meio da leitura completa dos manuscritos para a realização de uma síntese dos resultados, sendo incluídos nove estudos. Observou-se que há poucos artigos que sugerem processos de enfermagem para o cuidado do indivíduo com DA. Os resultados demonstram que os enfermeiros não são adequadamente preparados para lidar com este paciente. A enfermagem pode contribuir para o diagnóstico e acompanhamento dos indivíduos com DA. O cuidado ao indivíduo com DA, normalmente idoso, deve considerar a idade, as características da doença, alterações de comportamento e o local de atendimento (domicílio, instituição, hospital). Além disso, é essencial a educação dos cuidadores em relação às alterações que a doença provoca e formas de enfrentar e, às vezes, contornar as situações. Para o indivíduo com DA é importante o estímulo da memória e da socialização, com atividades como dança. A enfermagem pode atuar desde o diagnóstico até os cuidados paliativos ao indivíduo com DA.

Palavras-chave: Doença de Alzheimer; Enfermagem; Enfermagem Domiciliar.

SOBREVIVENDO À HOMOSSEXUALIDADE: O *BULLYING* HOMOFÓBICO

Autores: Dhonyson Theodoro e Ana Lúcia Honorato

Orientador: Prof. Me. Tauã Lima Verdan Rangel

RESUMO

O presente artigo visa analisar os efeitos nocivos do *bullyng* sobre a homossexualidade. A homossexualidade apresenta-se como manifestação da sexualidade não apenas humana, mas também recorrente em diversas outras espécies não-humanas. Historicamente, podem-se identificar relatos remontados à Idade Antiga, sobretudo nas culturas que se desenvolveram no Mediterrâneo, a exemplo das culturas gregas e romanas, em que a homossexualidade é encarada como algo inerente ao desenvolvimento social. Contudo, na Idade Média, em decorrência da cultura judaico-cristã e o fortalecimento das instituições religiosas, tal como comportamento passou a ser objeto de perseguição e foi condicionado à margem da sociedade, sendo, inclusive, tratado como patologia psiquiátrica. Apesar da homossexualidade ser retirada do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Distúrbios Mentais, ainda no início da década de 1990, denota-se que tal manifestação da sexualidade é objeto de intolerância e de preconceito. Partindo de tal cenário, o *bullyng* homofóbico é uma realidade na cultura brasileira, o que, inclusive, culmina na elevada taxa do país no *ranking* mundial por crimes motivados pela condição sexual. A metodologia empregada pautou-se no método indutivo, auxiliado da revisão de literatura e pesquisa bibliográfica como técnicas de pesquisa, tal como análise de dados secundários. O resultado alcançado no presente impõe uma reflexão acerca do *bullyng* homofóbico como questão de saúde pública, sobretudo no que toca à conscientização da população sobre tal temática.

Palavras-chaves: Homossexualidade. *Bullyng*. Condição Sexual. Sexualidade.

FRATURAS OSTEOPORÓTICAS DE FÊMUR EM IDOSOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE O PAPEL DA ENFERMAGEM

Autores: Helen Stéfani Guimarães Cardoso e Roselane Damasceno Silveira

Orientador: Profa. Dra. Bianca Magnelli Mangiavacchi

RESUMO

A osteoporose relaciona-se com a perda de densidade óssea principalmente pela diminuição de cálcio. O público mais atingido são mulheres, principalmente após a menopausa, quando o nível estrogênico cai de forma drástica diminuindo a reabsorção óssea. Esse estudo tem como objetivo demonstrar através de uma revisão bibliográfica a literatura brasileira a relação entre fraturas osteoporóticas de fêmur e a morbimortalidade entre idosos no Brasil, levando em consideração o papel da Enfermagem nos processos de cuidado desses pacientes. Realizou-se levantamento bibliográfico no Portal de Pesquisas da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Resultando em 8 publicações, no idioma português, que foram analisadas segundo os critérios de seleção. Existem diversos fatores que agravam o quadro, sendo estes fatores modificáveis e não modificáveis. Muitos idosos após sofrerem quedas e conseqüentemente a fratura de fêmur acabam acarretando custos elevados ao sistema de saúde, principalmente por ficarem muito tempo acamados, o que conseqüentemente leva a diminuição da expectativa de vida desses pacientes. No entanto para que haja a prevenção, a orientação correta quanto aos hábitos saudáveis de vida, como a ingestão de cálcio, e também a avaliação médica periódica, somado a pratica de atividade física para fortalecer a musculatura e melhorar o equilíbrio, tornam-se fundamentais como medidas de prevenção. Nesse sentido, programas de saúde na rede pública, onde os idosos pudessem receber esclarecimentos e dando ciência dos riscos que eles podem apresentar tornam-se necessários. Acredita-se que as estratégias educativas e preventivas,

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2017.2)

Curso: Enfermagem

seja de forma individual ou coletiva, reduzem a incidência de trauma em idosos, com isso minimiza a mortalidade nesta população. Para melhorar a adesão dos indivíduos osteoporóticos, novos modelos de cuidados que integrem mais profissionais de saúde são necessários.

Palavras-chave: Osteoporose, Enfermeiro, Educação em Saúde, Envelhecimento, Quedas.

CUIDADOS AO PACIENTE IDOSO PORTADOR DE ALZHEIMER

Autores: Josiane Lafaete Alvarenga e Aline Almeida da Silva

Orientador: Profa. Dra. Cláudia Caixeta Franco Andrade

Coorientador: Profa. Dra. Clara dos Reis Nunes

RESUMO

O envelhecimento da população é um acontecimento mundial, indubitável tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento. No Brasil, o número de idosos totaliza aproximadamente 21 milhões. Com o progresso do envelhecimento, podem sobrevir algumas doenças peculiares da idade, como é o caso da Doença de Alzheimer. A Doença de Alzheimer é considerado uma síndrome clínica reconhecida por declínio cognitivo, com caráter definitivo e progressivo ou transitório, causada por múltiplas etiologias, que acarreta em repercussões sociais e ocupacionais ao paciente. A estimativa é que no Brasil aproximadamente 500 mil pessoas sejam tomadas por essa patologia, ocasionando um enorme abalo social, devido aos elevados custos diretos envolvidos no cuidado aos idosos com Alzheimer. A Doença de Alzheimer demanda inúmeros cuidados procedente das necessidades de saúde do idoso. Logo o objetivo deste trabalho foi evidenciar a importância dos cuidados aos idosos portadores de Alzheimer. Trata-se de um levantamento bibliográfico, de caráter exploratório e descritivo, feito nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciElo), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de Dados da Enfermagem (BDENF). Foram usados os descritores: Alzheimer, Ações de Enfermagem, Saúde do Idoso, pesquisando artigos e materiais científicos publicados no período de 2004 a 2017, em idioma português. A Doença de Alzheimer tem características singulares e um leque de variabilidade de cuidados dependendo de cada paciente/caso. Sobretudo, exige que o profissional de enfermagem

esteja apoiado por uma equipe multidisciplinar que, junto com a família, deverá elaborar um projeto terapêutico amplo e humanizado. Além disso é essencial que o enfermeiro oriente os familiares e outros profissionais da saúde quanto aos problemas e as necessidades de cuidados que o paciente requer. Dessa forma, é essencial que o cuidado seja realizado de forma integral abrangendo não só o paciente, mas o cuidador e a família de forma que a intervenção tenha resultado satisfatório para melhoria na qualidade de vida do portador de Alzheimer.

Palavra-chave: Alzheimer; Família; Idoso; Saúde Mental.

USO INDISCRIMINADO DE BENZODIAZEPÍNICOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA PARA O PROFISSIONAL DA ÁREA DA SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Autor: Lorena Santana Furtado e Vábia da Costa Almeida

Orientador: Profa. Dra. Bianca Magnelli Mangiavacchi

RESUMO

Os benzodiazepínicos são compostos farmacológicos de efeitos ansiolíticos e hipnóticos e o uso indiscriminado desses medicamentos está relacionado com a síndrome da dependência e trata-se de um fenômeno clínico relativamente recente. A falta de esclarecimento da população sobre os riscos que esse medicamento pode trazer juntamente com a falta de debates sobre o assunto em meios como a mídia, levam ao consumo indiscriminado aumentando a chance de desenvolvimento de uma dependência e/ou tolerância. Nesse contexto, o enfermeiro desempenha funções de muita importância quanto ao uso desses fármacos, tanto na prática clínica, ou seja, na administração desses medicamentos, quanto na orientação aos efeitos colaterais, os problemas que o uso irracional podem causar, desmame e entre outros. Com base nessas informações apresentadas, vê-se a necessidade de se analisar o real papel dos profissionais da área, em especial a equipe de enfermagem, quanto ao uso indevido e irracional de benzodiazepínicos pela população de forma geral. Para isso, o presente artigo consistiu em uma pesquisa bibliográfica investigativa na Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), com análise de artigos publicados até 2017, identificando os mecanismos reais do uso indiscriminado dos benzodiazepínicos pela população brasileira. Sete artigos foram analisados e apontam vários fatores como possível causa para a procura desses fármacos que vão desde fatores socioeconômicos a emocionais. O profissional da saúde possui um papel muito importante na educação em saúde, e nesse sentido que o uso indevido de benzodiazepínicos pode vir a ser evitado e prevenido, se

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2017.2)

Curso: Enfermagem

houver um maior esclarecimento da população, e um melhor preparo das equipes multidisciplinares de saúde abordando a promoção, prevenção e proteção da saúde.

Palavras-chaves: Ansiolíticos, Automedicação, Enfermagem, Farmacologia, Prevenção em saúde.

CONHECIMENTO DOS DISCENTES DE ENFERMAGEM DA FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS – FAMESC SOBRE A HANSENÍASE

Autor: Viviana Romualdo Leite e Aparecida de Fátima Teixeira Oliveira

Orientador: Profa. Dra. Lívia Mattos Martins

Coorientador: Profa. Dra. Bianca Magnelli Mangiavacchi

RESUMO

A hanseníase é uma doença curável com tratamento, entretanto, a falta ou pouco conhecimento da população e dos profissionais de saúde sobre a doença é um fator que contribui para diagnósticos tardios, quando o doente já apresenta graus de incapacidade física. Nesse contexto, os objetivos do estudo são descrever a hanseníase, abordando suas causas, classificação, diagnóstico e tratamento e analisar o conhecimento dos estudantes de enfermagem sobre a doença. O presente estudo de campo foi do tipo exploratório, com análise quantitativa. A pesquisa foi realizada com 66 discentes do curso de enfermagem da Faculdade Metropolitana São Carlos - FAMESC, no mês de junho de 2017. Para realizar a coleta de dados utilizou-se um questionário semiestruturado, contendo 12 questões, que buscaram analisar, além do perfil da amostra, o grau de conhecimento sobre a hanseníase. Os resultados demonstraram que os estudantes possuem um bom conhecimento sobre a doença. Concluiu-se que tanto estudantes, no decorrer dos cursos de graduação, quanto os profissionais da saúde necessitam ser melhor esclarecidos sobre a hanseníase, pois é uma doença que tem cura e que o seu reconhecimento precoce, com o tratamento adequado, evita a transmissão e previne sequelas que podem ser muito graves, quando a doença não é detectada e tratada.

Palavras-chave: Epidemiologia; Hanseníase; Lepra; Vigilância em Saúde.

